

ARQUITECTURA POPULAR

TRADIÇÃO E VANGUARDA
TRADICIÓN Y VANGUARDIA

COORDENAÇÃO
PAULA ANDRÉ
CARLOS SAMBRICIO

ARQUITECTURA POPULAR

TRADIÇÃO E VANGUARDA
TRADICIÓN Y VANGUARDIA

© Autores: Paula André, Carlos Sambricio (Coord.)
Edição: DINÂMIA'CET-IUL
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Design Gráfico e Paginação: Bruno Vasconcelos
Impressão e Acabamentos: Várzea da Rainha Impressores, S.A.

ISBN: 978-989-732-973-9
Depósito Legal: 418209/16

ARQUITECTURA POPULAR

TRADIÇÃO E VANGUARDA
TRADICIÓN Y VANGUARDIA

Coordenação
Paula André
Carlos Sambricio

DINÂMIA'CET-IUL
Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
2016

ÍNDICE

- 07 **Apresentação**
- 19 **Das origens da arquitectura popular em Portugal no século XIX:**
Arqueologia de uma ideia
Paulo Simões Rodrigues
- 49 **Regionalismo y arquitectura en España, 1900-1930. Contexto cultural, ideología y logros concretos**
Eric Storm
- 85 **Etnogenia, Fotogenia, Etnologia Arquitectura Popular na primeira metade do século XX em Portugal**
Paula André
- 145 **A arte popular portuguesa no arranjo dos interiores domésticos: uma política de nacionalização das classes médias nos anos 30 e 40 do século XX**
Vera Marques Alves
- 165 **“TRADICION SIGNIFICA CAMBIO” Sobre la arquitectura popular en la España del primer tercio del XX**
Carlos Sambricio
- 193 **Transformação da habitação popular em meio rural em Portugal na segunda metade do século XX**
Isabel Raposo
- 255 **Popular o moderna El dilema entre tradición y cultura arquitectónicas en la periferia madrileña de los años cincuenta**
Ricardo Sánchez Lampreave

Etnogenia, Fotogenia, Etnologia Arquitectura Popular na primeira metade do século XX em Portugal¹

Paula André

paula.andre@iscte.pt

DINÂMIA'CET-IUL

ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa

“O universal é o local sem paredes”
(Miguel Torga)²

“Não é o passado literal que nos governa, excepto, talvez, numa acepção biológica. São as imagens do passado: com frequência tão intensamente estruturadas e tão imperativas como os mitos. As imagens e as construções simbólicas do passado encontram-se impressas, quase à maneira de informações genéticas, na nossa sensibilidade”
(George Steiner)³

¹ Investigação realizada no âmbito do Projecto FCT “Fotografia Impressa. Imagem e Propaganda em Portugal (1934-1974)”- PTDC/CPC-HAT/4533/2014. Cabe agradecer o apoio do Doutor Paulo Ferreira da Costa, Director do Museu Nacional de Etnologia, e o precioso acompanhamento da Dr^a Carmen Rosa, crucial para a pesquisa realizada no Arquivo do Centro de Estudos de Etnologia do Museu Nacional de Etnologia, onde para além das fichas das casas relativas ao período em análise (primeira metade do séc. XX), também consultamos as fichas relativas às construções de falsa cúpula, construções circulares, construções de materiais vegetais e espigueiros. Determinante foi também a investigação realizada no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território com o precioso apoio da Dr^a Rute Vieira. Agradeço igualmente o apoio da Professora Natália Correia Guedes, Directora da Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes, possibilitando a consulta dos dossiers relativos às Missões Estéticas de Férias.

² TORGA, Miguel – Traço de União. Coimbra, s/d (1969), p. 69.

³ STEINER, George – No Castelo do Barba Azul, Algumas notas para a redefinição de cultura. Lisboa: Relógio d'Água, 1971.

A Nação é simultaneamente “comunidade imaginada”⁴ e construída, sendo as afinidades electivas entre arquitectura popular, as especificidades da nação, do povo português, das suas terras e regiões, da sua arte popular, e de uma identidade nacional, efectivos “exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores”⁵, reveladores do poder das imagens e das imagens do poder. Se a arquitectura popular foi matricial para a formação de um espírito, também o foi na construção de uma política de espírito.

Os discursos, os reportórios e as imagens da vida e da arquitectura popular da primeira metade do século XX em Portugal, revelam a construção de um processo de procura de uma origem da nação (etnogenia), a construção de um processo de reaportuguesamento da nação pela terra portuguesa (fotogenia) e a construção de um processo de identificação e de sistematização das identidades (etnologia). No início do século XX a declarada procura de uma ancestralidade linear no estudo das construções primitivas, a eloquência da arquitectura popular na representação de Portugal, e a caracterização da diversidade do território e das inerentes culturas do habitar, revelam a imagem e a fotografia como ferramentas matriciais das diferentes pesquisas, das rectóricas e do respectivo aparelho de divulgação. A arquitectura popular foi celebrada na narrativa das imagens das terras portuguesas, no reportório ruralista e regionalista, construindo o discurso identitário de regenerar a nação e de promover o culto de Portugal. Na primeira metade do séc. XX, a construção de uma cultura de genuinidade, herda o povo como “coluna vertebral da Nação, trave-mestra da [...] identidade colectiva”, através de uma cenografia da

⁴ ANDERSON, Benedict – Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo. Lisboa, ed 70, 2012.

⁵ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence – A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 22.

ruralidade “elaboração ideológica ou estética de uma ruralidade mítica, e miticamente simbólica”⁶, na encenação da manutenção da atemporalidade da matriz rural.

Na segunda metade do séc. XX perante um movimento supostamente de ruptura com a história e com a tradição académica dos estilos de arquitectura, cada nação sentirá a necessidade de se defender de “estrangeirismos descaracterizadores”, recorrendo para tal, precisamente, à sua história e à sua tradição. Para não ser atacada de ser académica e também porque, na verdade, os estilos arquitectónicos eram ou tinham sido considerados internacionais, cada nação apoiava-se numa vertente vernácula, de modo a criar ou a manter a sua própria identidade. Os estilos arquitectónicos do passado, e também os do presente, são supra-geográficos, isto é, estão para além da natureza geográfica do território de cada nação, enquanto que a arquitectura popular, rural, vernácula, está intrinsecamente ligada à geografia de cada lugar. Uma vez que manter os valores da tradição popular era também manter a lógica construtiva enraizada na natureza do lugar, manter a tradição era também um modo de ser moderno. O sentido de permanência e de continuidade oferecido pela arquitectura tradicionalista, resultaria num sentido de familiaridade, de pertença a um território que num período de fragilidade económica com a crise económica mundial de 1929 e de instabilidade seria tanto maior e desejado.

Nas décadas de trinta e de quarenta do séc. XX assiste-se ao culminar de um processo que já decorria desde o séc. XIX, através do qual se construiu uma tradição, uma valorização, uma exaltação da tradição regional, rural, popular e se desenvolveu uma campanha anti-cosmopolita na procura de uma arquitectura nacional em oposição aos estrangeirismos. Desde finais de oitocentos que esta defesa do nacional despertou a atenção para o antigo (objectos, edifícios, conjuntos urbanos) e estimulou o valor da tradição,

⁶ SILVA, Augusto Santos – Palavras para um país: estudos incompletos sobre o século XIX português. Oeiras: Celta Editores, 1997, p.39, 25.

revelado pela preocupação em elaborar levantamentos, pela publicação de estudos e de imagens, que a partir dos anos 30 eram divulgados pelos organismos de propaganda do Estado Novo. O regime também utilizou a cultura popular por razões ideológicas e, pela mesma razão, também se permitiu que as expressões regionais e populares, nas mais diferentes áreas, fossem manipuladas politicamente. O uso dessa vertente regional foi rapidamente apropriada pelo Estado Novo, que desta forma se associou a uma tradição vernácula que muitas vezes caiu no folclorismo.

Os apelos a uma pesquisa sobre a arquitectura portuguesa das diferentes regiões do país, surgem no entanto na sequência de um vasto conjunto de iniciativas que desde meados do séc. XIX procuravam uma relação entre a História e a Geografia, fomentando interrogações acerca dos fundamentos ou dos elementos caracterizadores de uma arquitectura portuguesa, focada principalmente na habitação. Estudos que acentuam a diversidade regional na geografia, no clima, nos materiais e conseqüentemente nas formas construtivas. Intelectuais e políticos do séc. XIX “transformaram tradições nacionalistas românticas, mais antigas, em programas políticos”⁷, e na primeira metade do séc. XX os exercícios de caracterização da terra portuguesa tornaram-se na retórica da propaganda nacionalista, particularmente associados à construção do conceito de cultura popular, liberta de influências “deletérias” do mundo urbano.

Um conjunto de publicações na herança duma vertente romântico-pintoresca, apoiadas fortemente pela fotografia, divulgam o território português, promovem e constroem uma identidade e um carácter português, e um conjunto de inquéritos ensaiam o futuro inquérito à arquitectura regional portuguesa. Nesse sentido destacamos sem carácter exaustivo, apenas alguns autores e obras⁸ desse percurso e processo de construção de

⁷GEARY, Patrick J. – O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo. Lisboa: Gradiva, 2008, p. 24.

⁸ Políticos, jornalistas, poetas, historiadores, geógrafos, linguistas, antropólogos,

conhecimento, de promoção, e de divulgação da geografia, da paisagem, da cultura e da arquitectura popular, no período em análise.

O historiador Oliveira Martins destacando a matriz céltica da alma do povo português, afirmando que o “temperamento do povo vem da Natureza e da História”⁹, e procurando desvendar uma etnogenia, refere: “todas as sucessivas tentativas para descobrir a nossa raça têm falhado. Latinos, celtas, lusitanos e afinal moçárabes têm passado: ficam os portugueses, cuja raça, se tal nome convém empregar, foi formada por sete séculos de história. Dessa história nasceu a ideia de uma pátria, ideia culminante que exprime a coesão acabada de um corpo social (...). O patriotismo tanto pode, com efeito, provir das tradições de uma descendência comum, como das consequências da vida histórica. Não há dúvida, porém que, se assenta sobre a afinidade etnogénica, resiste mais ao império estranho do que quando provém de uma comunidade histórica”¹⁰. Se o ensaísta Teófilo Braga, definia as “bases positivas da nacionalidade”¹¹, e salientava que Portugal era o país que mais desconhecia a sua história, e em consequência o “abandono da tradição nacional na arte, o desprezo pelos seus monumentos, a separação lamentável entre os escritores e o povo, a falta de consciência e de plano na actividade política dos que exercem a autoridade”¹², e o historiador de arte José de Figueiredo a propósito da

etnólogos, etnógrafos, realizadores, médicos, desenhadores, arquitectos, fotógrafos, sociólogos, que realizam estudos, ensaios, excursões, visitas de estudo, viagens, inquéritos, levantamentos, mapeamentos, trabalhos académicos, trabalhos de campo e anotações, publicados e divulgados em livros, revistas, jornais, exposições, colóquios, concursos, documentários, filmes, programas de rádio.

⁹ Oliveira Martins, Portugal Contemporâneo, Lisboa, Guimarães editores, 1953 [1881], Livro III, Cap. V, Mousinho da Silveira, 3, Critica ao Liberalismo, vol. II, p.181,182.

¹⁰ MARTINS, Oliveira – Historia de Portugal, Lisboa, Guimarães editores, 1991 [1879], cap. II, p. 19.

¹¹ BRAGA, Teófilo – O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições. Lisboa: Livraria Ferreira editora, 1885, 2 vols.

¹² Teófilo Braga – As modernas ideias na literatura portuguesa. Porto: livraria Internacional

“escolha dos *typos architetonicos*” para a representação de Portugal na Exposição de Paris de 1900, afirmava que deveria ser “um edifício que, com a marca do nosso character, afirmasse também lá fora as tradições mais características da regionalidade e meio da nossa raça”¹³, o escritor Teixeira de Pascoaes assinalava “a saudade do futuro”¹⁴, como caracterizadora do modo de ser português, e o Noroeste de Portugal como o berço da raça lusitana.

O etnólogo António Augusto da Rocha Peixoto assumindo que a casa de Ricardo Severo contribuía para dilatar o “débil movimento pela aspiração ainda indecisa da nacionalização do domicílio português” publica em 1905 na revista *Serões* o artigo “A Casa Portuguesa”¹⁵, acompanhado com clichés do autor, exibindo imagens de casas de arquitectura popular do norte de Portugal (Castro Laboreiro, Marão, Serra de Arga, Suajo, Melgaço, Baião, Povia do Varzim, Miranda, Braga). Considera que “a habitação é a expressão final da convergência de motivos interdependentes, como sejam a paisagem, a cuja influência naturalmente se adapta, os recursos geológicos, os acidentes topográficos, as imposições climáticas e as necessidades e circunstâncias sociais e domésticas”¹⁶. Refere que depois de “anotados abreviadamente os conjuntos” destacará “as formas”

de Ernesto Chardros, 1892, vol. II, p.363.

¹³ FIGUEIREDO, José – Portugal na Exposição de Paris. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1901. p. 7,9.

¹⁴ PASCOAES, Teixeira de – A arte de ser português. Porto: Renascença Portuguesa, imp, 1915.

¹⁵ Publicado primeiro em 1904 no Jornal O Primeiro de Janeiro 10 de Agosto, p.1; 12 de Agosto, p.1; 13 de Agosto, p.1; Será publicada de novo na revista A Construção Moderna (Nº 141 (20 Agosto), 1904; Nº 142 (1 Setembro), 1904; Nº 143 (10 Setembro), 1904; Nº 144 (20 Setembro), 1904; Nº 146 (10 Outubro), 1904; Nº 155 (10 Janeiro), 1905, e posteriormente nas revistas *Serões* (vol.I de 1905) e *A Arquitectura Portuguesa* (vol. IX, nº 8, 1903)

¹⁶ Peixoto, Rocha, *Casa Portuguesa*, *Serões*, II serie, vol. I, nº 2, Agosto 1905, p. 106-110.

e desentranhará delas “se é possível, os tipos”¹⁷, no entanto, questiona se “de tão simplista arquitectura e da sua associação com vários destes pormenores há lugar para o destaque duma casa ou casas de indefectível estilo nacional?” respondendo que “de modo nenhum”. Evidenciando uma dimensão comparatista Rocha Peixoto refere que em Portugal “como noutras regiões de Espanha, de França, principalmente no Languedoc e na Provença, da Itália meridional e até da Argólida, os tipos de habitação exprimem apenas, para povos aliás com parentesco na mesma estirpe étnica, uma adaptação a circunstâncias locais sensivelmente idênticas”¹⁸. É particularmente interessante a leitura que Rocha Peixoto faz das contaminações entre erudito e vernacular ao referir que “as casas senhoriais, com o seu vasto terreiro enfrentando a longa frontaria em que uma dupla escada, começando a divergir do pé, converge no alto sob a alpendrada, umas com capela, outras com torres laterais, outras com torre central ameiada, outras ainda com diversos aspectos de exterior, são às vezes a modificação erudita ou a corrupção pedante da modesta casa de lavoura e mais frequentemente um tipo de importação francesa ou italiana – como agora”¹⁹.

O Engenheiro Antonio Arroyo na advertência preliminar, ao catálogo *Notas sobre Portugal*, para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908, salienta que esse estudo e publicação era “destinado à expressão estética da vida e do país português. (...) Na apresentação metódica das várias Terras Portuguesas desse Portugal Português, era dividido em quatro zonas principais: (...) 1ª zona, províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beiras e grande parte do Douro; 2ª zona de Abrantes ao Porto, e uma parte do Douro; 3ª zona, distritos de Portalegre, Évora e Beja; 4ª zona, a província

¹⁷ Peixoto, Rocha, *Casa Portuguesa*, Serões, II serie, vol. I, nº 2, Agosto 1905, p. 106-110.

¹⁸ Peixoto, Rocha, *Casa Portuguesa*, Serões, II serie, nº 3, Setembro 1905, p. 209-214.

¹⁹ Peixoto, Rocha, *Casa Portuguesa*, Serões, II serie, nº 3, Setembro 1905, p. 209-214.

do Algarve”²⁰. Do conhecimento directo que tinha formado, considera que “o povo português tendo um mesmo fundo de character, do norte ao sul do país, e apenas pequenas diferenças em cada habitat (...) deveria o estudo do character do povo português ser acompanhado de gravuras representativas dos vários typos das nossas populações. (...) typos das gentes beirãs da alta montanha, por pertencerem à parte mais pura da gente ou raça portuguesa (...)” finalizando com um agradecimento “às casas Biel & C^a” e Guedes de Oliveira do Porto, às Papelarias Guedes & Saraiva de Lisboa e Borges de Coimbra, que muito graciosamente puseram à disposição as suas valiosas photographias”²¹. Segundo o historiador de arte João Barreira a habitação, “coexistindo com as transformações por assim dizer celulares da vida popular, é como que o alter ego do homem e o seu mais candido e intimo reflexo (...)”²². Entendia que para fazer uma exposição critica da habitação humana (...) urge sempre discriminar a casa rural da casa urbana, e extremar ainda, entre os dois typos, as que têm character de formação espontânea das que obedecem a moldes eruditos”. E como nota conclusiva refere que a “habitação em Portugal não oferece um tipo único, invariável no tempo e no espaço” a que se possa dar a “designação nacionalista de *casa portuguesa*” e considera que é o pormenor decorativo que “oferece uma abundante variedade dos motivos locais” sendo “principalmente a ele” que se deve “ir buscar a pedra de toque de onde irradia a expressão regional da casa portuguesa”²³, acompanhando o texto com imagens reveladoras da architectura da casa

²⁰ ARROYO; Antonio – Advertência preliminar, in, Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol 2, s.p.

²¹ ARROYO; Antonio – Advertência preliminar, in, Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol 2, s.p.

²² BARREIRA, João – A Habitação em Portugal, in, Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol 2, p.173,177,178.

²³ BARREIRA, João – A Habitação em Portugal, in, Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol 2, p.173,177,178.

rural do Minho, da casa rural do Suajo, da casa rural da Beira e de um monte alentejano²⁴.

Integrado no espírito de revelar Portugal aos portugueses, na *Ilustração Portuguesa* salienta-se que “é realmente pena ser a nossa terra tão escassamente conhecida de nós todos (...) ao passo que a ambição de uma viagem ao estrangeiro, a Paris principalmente, constitui o grande sonho absorvente da maioria da nossa gente”, sendo publicada uma fotografia do Penedo de S. João (distrito de Vizeu) apresentada como “uma interessante curiosidade natural do paiz”²⁵. Já em 1906 Neves Pereira tinha publicado na *Ilustração Portuguesa* o artigo “Como vive e de que vive o lavrador do Minho”, onde descrevia que “no único aposento da casa, coberto de colmo esburacado ou telha vã, de rudes paredes de pedra sobreposta por cujas fendas entra o frio e o vento, nasce a criança minhota” e assinalava que “toda a economia social desta vasta província portuguesa assenta sobre a constituição da família”²⁶, sendo o artigo acompanhado de imagens elucidativas da arquitectura popular e dos interiores da habitação com cenas do quotidiano.

Segundo o jornalista Bruno Buchenbacher a visita às regiões do norte de Portugal e às serras abandonadas e desconhecidas não eram “simples curiosidade de turista, mas sim dever jornalístico”. Numa expedição realizada em 1911 em que percorreu Melgaço, Alcobaça e Castro Laboreiro, Peneda, Suajo, Arcos de Valdevez regista e fixa em película fotográfica o território, as gentes e as arquitecturas da região. Essas imagens seriam divulgadas na publicação, e o jornalista chamava a atenção para os curiosos palheiros, construídos de pedra, em forma de cadela, e todos eles encimados por uma cruz. Uma gravura mostra um grupo de aldeãos, entre

²⁴ Páginas 157, 158, 168 e 172 respectivamente.

²⁵ A nossa terra, *Ilustração Portuguesa*, nº 67, 3 de Junho de 1907.

²⁶ PEREIRA F. Neves – Como vive e de que vive o lavrador do Minho, *Ilustração Portuguesa*, nº 9, II série, 23 Abril, 1906, p. 283-286.

palheiros, construídos de verga e cobertos de palha. Questionava-se o autor se aquele “aspecto” não lembrava uma “scena do continente negro?”²⁷.

O jornal *A Capital* lança em 1912 o inquérito, “O que a província pensa e o que a província precisa”²⁸, e em 1913 o jornal *O Século* apelava à realização em Portugal de congressos regionais, realizados “ao mesmo tempo que por todo o país se organizam associações regionalistas de diversa natureza”²⁹. No artigo *A Casa Portuguesa* publicado na *Ilustração Portuguesa* do arqueólogo António Mesquita de Figueiredo são exibidas fotografias de um conjunto de exemplos de arquitectura de habitação popular de diferentes épocas e regiões de Portugal, apresentando e constituindo um catálogo de Norte a Sul de Portugal. Começando na habitação nas cavernas, passando para as citânias, e avançando para as casas romanas. “O tipo da casa de outrora como hoje (...) resulta forçosamente da estrutura geológica do solo, do clima local, dos materiais de construção, do género de vida dos habitantes, das suas condições económicas, é, em suma, resultante fatal das circunstâncias do meio físico e social”. No entanto, chama a atenção que para se “obter um conhecimento perfeito dos diferentes tipos de casas nas varias regiões de Portugal, seria mister proceder a um inquérito minucioso sobre as condições da habitação, à semelhança do que há pouco anos se realizou em França sob tal orientação, sendo no entretanto necessário nesse empreendimento extremar com cuidado os tipos rurais dos tipos urbanos, porque nestes últimos a influência das diferentes escolas artísticas eruditas teve com certeza muito maior incidência afastando-as dos tipos genuinamente tradicionais”. Criticando a construção de *chalets*, o interesse de tal inquérito estava relacionado com o facto de vir

²⁷ BUCHENBACHER, Bruno – Como eu visitei as serras do Suajo e da Peneda, *Ilustração Portuguesa*, nº 284, 31 Julho, 1911, p. 137-143.

²⁸ Hemeroteca digital, *A Capital*, 13 Janeiro, 1912

²⁹ GIRÃO, Amorim, *Esboço duma carta regional de Portugal*, Coimbra: Coimbra Editora, 1930, p. 2.

a servir de referência para construções de carácter nacional. Segundo o autor “Casas de habitação em que predomina a orientação tradicionalista portuguesa, interpretadas superiormente e adaptada às necessidades do viver moderno, construíram-se já no nosso paiz com os mais lisonjeiros triunfos da crítica! A casa do conde d’Arnos, em Cascaes, a que se seguiram as de Manoel Gomes, no Mont’Estoril, e de Jorge O’Neill, na vizinhança da primeira, devidas estas duas ultimas a projectos do pintor Francisco Vilaça, que é também um architecto distinto (...). Na região central do paiz os tipos de casa popular multiplicam-se obedecendo com certa fatalidade ao determinismo mesológico. Na costa mabre estacas altas, para evitar, dentro de certos limites as consequências prejudiciais do movimento das areias naquele solo instável da beira-mar, onde o pescador, como consequência natural da sua profissão, é obrigado a residir. Estes *palheiros*, como impropriamente lhe chamam, mostram uma admirável adaptação do homem às condições do meio físico: as casas da Cova de Lavos representam curiosas sobrevivências de eras remotíssimas. (...) caminhando para o interior, vamos encontrar em Tavarede, a pouco passos do velho solar dos condes do mesmo nome, a casa rural de escada exterior e alpendre sobre o patamar da porta de entrada, tipo que vemos repetido na Eireira, povoação do *Mondego campestre*, e mais desenvolvido e completo em Torre de Vilela, já nos subúrbios de Coimbra. A casa rural de Torre de Vilela com sua escada exterior de patamar alpendrado paralela à fachada e a sua varanda reitrante sustentada por duas elegantes colunas de pedra representa um tipo muito espalhado em Portugal, a que alguns chamaram casa portuguesa. Na região do «Mondego alpestre», chamamos assim, além da Portela, terreno schistoso e alcantilado, a casa mais vulgarizada é a de escada exterior com o seu varandim alpendrado, adaptando-se maravilhosamente às condições da povoação d’encosta”³⁰.

³⁰ FIGUEIREDO, António Mesquita de – A Casa Portuguesa, Ilustração Portuguesa, 27 Janeiro, 1913, p.105-111.

Esta sistematização realizada no artigo é profusamente ilustrada com fotografias das quais destacamos: casa rural de varanda reentrante e escada com patamar alpendrado o chamado tipo de casa portuguesa em Torre de Vilela; Casa de varandim, escada exterior nas Torres, região do Mondego alpestre; Casa da Cova de Lavos, ao sul do Mondego; uma casa de taipa em Sant o Varão região do Mondego; um domingo na aldeia, e casas dos Amagueis.

O alerta para a necessidade da procura de uma origem pré-histórica específica para os lusitanos era dado em 1915 pelo político e poeta António Sardinha ao referir “hoje desconhecemo-nos, eis o grande mal”³¹. No mesmo ano o jornalista e político João Chagas, enaltece a terra portuguesa referindo “praticámos uma façanha milagrosa: descobrimos Portugal! Foi uma verdadeira viagem de núpcias com a Pátria. Caramba! Que maravilhoso país!” Como a gente passa a vida ignorando a beleza da própria terra!”³².

O etnógrafo Vergílio Correia em estudo sobre as “Cabanas” de Assafarja do Concelho de Coimbra, denota que “(...) sobre o cabeço de Santo Amaro e em volta dele (...) construções de pedra solta, sem aparelho algum, casotas troglodíticas de calhaus que parecem saídas de tempos ante-históricos, conservadas por milagre naqueles ermos. São as cabanas, abrigos dos trabalhadores rurais e dos pastores em horas de chuva estugada”. Quanto à forma refere que são “rectangulares, quadradas e redondas” sendo “as construções de tipo mais primitivo que existem sobre terras da Europa”³³. Estabelece uma relação entre estas construções e os “chamados na Itália

³¹ SARDINHA, António - Valor da raça. Introdução a uma campanha nacional. Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, 1915, p.XXI.

³² CHAGAS, João – Correspondência literária e política. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957, II, p. 249.

³³ CORREIA, Vergílio – As “Cabanas” de Assafarja (Concelho de Coimbra), Separata da Águia, Jan. 1915, Porto, 1915, o texto é acompanhado de desenhos de Alberto Sousa.

e nos Alpes marítimos francezes, *cabanne*, *caselli*, *caselloni*, *casoni* e *cabanons*, são como os de Portugal formados de paredes de pedra seca e irregular, do feitio de tronco de cone ou de cilindro, cobertos por uma abobadazinha de lages em sacada, com uma só abertura, a porta, e 3 a 4 metros quadrados de superfície, servem «di temporário rifugio agli agricoltori, ai pastori ed ai falciatori di feno, e si trovano di preferenza nelle regioni montane» (...) não quero meter no número destas cabanas as construções todas de pedra, de base quadrada e teto cupoliforme, de maiores dimensões, que por serras de Traz os Montes e Minho (Marão, Suajo etc) e ainda pela Beira, servem de curraes de gado, porque embora o sistema construtivo seja algum tanto idêntico, o destino é diverso e sua edificação mais cuidada. (...) as grosseiras construções de pedra seca (...) interessantes pela sua rudeza evocadora de épocas primitivas, são mais uma nota pitoresca a aumentar a poesia da nossa Terra”³⁴. Vergílio Correia refere a chaminé do Sul como “dominando a casa, servindo-lhe de principal enfeite, nota de arte popular mais que nenhuma outra sugestiva, marcando uma outra época, novos tempos, a chaminé ornamentada, alvinitente como um pombal”³⁵. Segundo Vergílio Correia ao examinar “uma rua de gente pobre, em qualquer velha aldeia ou vila transtagana. As casas aparecem baixas, atarracadas, dominadas pelos fustes estreitos das chaminés, alçadas muitas vezes mais que a altura das fachadas. Em verdade, tal como no interior, toda a casa é chaminé...”³⁶. Referindo mesmo que parecia “que, no Alentejo e, em especial, no Algarve, se marcaram entrevista todos os modelos de chaminés de Portugal e dos países meridionais, tal a abundancia e variedade de tipos que se encontram nessas duas províncias”, e afirmando que os modelos foram buscados “nos edifícios que os rodeavam; daí as

³⁴ CORREIA, Vergílio – As “Cabanas” de Assafarja (Concelho de Coimbra), Separata da Águia, Jan. 1915, Porto, 1915, o texto é acompanhado de desenhos de Alberto Sousa.

³⁵ CORREIA, Vergílio, Chaminés do Sul, Terra Portuguesa, nº 7, Agosto, 1916, p. 22.

³⁶ CORREIA, Vergílio, Chaminés do Sul, Terra Portuguesa, nº 7, Agosto, 1916, p. 24.

chaminés representarem em miniatura, umas vezes, torres de igrejas, seus cataventos de ferro erguidos no alto”. Acrescenta ainda que “a disposição artística estrutural cresce, na chaminé popular, a decoração, manifestada em moldados de gesso e argamassa, em esgrafitos que envolvem as iniciais dos proprietários e as datas da construção, ou lhe vincam e aformoseiam as esquinas”. Ao longo do texto são citadas obras de etnólogos portugueses e desses autores são emprestados alguns dos desenhos de chaminés que acompanham o artigo, evidenciando a variedade de modelos (Estremoz, Évora, Almodovar, Aguiar, Castro Verde e ainda Algarve) que promovem e constroem uma valorização da cultura popular nacional.

A valorização e estudo do românico está associada também ao estudo das construções primitivas, ao cunho popular, regional, nacional e coevo da formação da nacionalidade. A propósito de um estudo sobre a igreja de S. Pedro de Lourosa, analisada sob o aspecto histórico e artístico, o historiador de arte e arqueólogo D. José Pessanha enquadra igualmente este estudo no interesse por construções primitivas anteriores ao românico. No artigo dá notícia que estiveram em Lourosa, alunos do Curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes de Lisboa que levantaram a planta da igreja e o fotógrafo Marques de Abreu que não só fotografou a igreja como também a arquitectura popular de Lourosa, sendo publicada no artigo uma fotografia de uma rua da Lourosa³⁷. Os estudos de Vergílio Correia e de D. José Pessanha enquadram-se e dão continuidade ao desejo de integrar e fundamentar as origens da decoração da arquitectura românica na arte castreja, na senda da narrativa lusitanista do historiador e crítico de arte Joaquim de Vasconcelos, que assinalava a continuidade e relação entre a decoração dos jugos e das cangas de bois e a decoração românica de Entre Douro e Minho, assinalando que “os jugos do Minho, Entre Douro e Minho e de parte da Beira Alta são traduções em madeira mais ou menos fiéis de

³⁷ PESSANHA, D. José Pessanha – A arquitectura pre-românica em Portugal. Terra Portuguesa, nºs 15 e 16, Abril e Maio de 1917, p. 49-54.

decorações românicas em pedra”³⁸. Joaquim de Vasconcelos referia ainda que se tinha salvo “numa industria caseira, na carpintaria da aldeia, nos célebres jugos e cangas de bois do Minho e Douro uma grande variedade de padrões decorativos, que a nação ainda a mais rica nos invejaria e que são pelo estilo absolutamente, puramente românicos (...) parece que Balsemão foi um arquivo para esses desenhadores e entalhadores de jugos (...) cujas oficinas cobrem as vilas, aldeias e lugares dos concelhos”³⁹.

O arqueólogo António Mesquita de Figueiredo considera que “o estudo da habitação humana é um dos mais importantes capítulos da etnografia”⁴⁰. Citando Vitruvius sobre a origem e evolução da habitação humana, refere que “restos de cabanas circulares construídas de pedra, e cuja cobertura naturalmente seria de colmo, encontram-se em Sabroso, na Citânia de Briteiros, em Monte Redondo e Santa Marta nos arredores de Braga e em Santa Luzia, Viana do Castelo, estações de origem pré-romana”⁴¹. Segundo o autor as “cabanas de tipo primitivo são ainda construídas na actualidade, encontrando-se nos arredores de Coimbra, na Beira Baixa, na Extremadura e no Alentejo”. Acompanham o seu artigo um conjunto de clichés do autor com imagens que procuram caracterizar a casa típica das diferentes regiões, salientando estrutura e materiais empregues, como as casas sobre estacas, ou o palheiro de tabuado, e até mesmo uma planta esquemática de uma cabana de pescadores algarvia com sala de entrada, lareira e alcôva.

³⁸ VASCONCELOS, Joaquim de – Arte Românica em Portugal, Porto, Tipografia Sequeira & Comandita, 1918, p.23.

³⁹ VASCONCELOS, Joaquim de – Ensaio sobre a Arquitectura Românica em Portugal. Arte, 4º ano, 38, 1908-12, p.15.

⁴⁰ FIGUEIREDO, António Mesquita de – Etnografia Portuguesa. 1. Habitações de Beira-Mar. Terra Portuguesa, ano 2º. Nºs 13 e 14, Fev e Mar 1917, p. 1-6.

⁴¹ FIGUEIREDO, António Mesquita de – Etnografia Portuguesa. 1. Habitações de Beira-Mar. Terra Portuguesa, ano 2º. Nºs 13 e 14, Fev e Mar 1917, p. 3.

O arqueólogo Eugeniusz Frankowski no prólogo escrito em 1917 na sua obra *Hórreos y Palafitos de la Península Ibérica* considera de grande interesse de entre as construções populares da Península Ibérica os curiosos celeiros (horreos), na sua maioria construídos em madeira, onde o povo levanta as suas casas quase totalmente de pedra, destacando a notícia destas construções nas cartas de Jovellanos, ao referir que «não entra nada de ferro nem de argamassa... não há edifício mais barato, simples e tão bem desenhado». Embora estas construções surjam mencionadas desde a Antiguidade, E. Frankowski associa a origem destes celeiros sobre estacas às primitivas construções palafíticas⁴². Referindo que o mesmo tipo de horreo da Galiza tanto construído em madeira como em granito, e o entrançado de varas chamado palheiro, se encontra em Portugal no Minho, exibindo fotografias de Canastros de Soajo, palheiro no Minho e também desenho de Canastro de Castro Daire, espigueiros nos arredores do Porto e da Serra do Gerez. Salienta também as construções palafíticas de Cova de Lavos (Figueira da Foz), apresentando para além de fotografia, desenho da construção e a sua planta com indicações da organização do espaço interno. Mas o que consideramos mais interessante deste estudo é a procura da pegada das construções palafíticas nas habitações dos inícios do séc. XX na Península Ibérica. Começando essa busca por Portugal, refere que em Braga e no Minho “encontramos a casa chamada em Portugal por alguns etnógrafos «a casa portuguesa». Edificada em pedra, compõe-se de piso térreo, na sua maioria utilizado como depósitos e um piso onde vive a família. Dá a esta casa carácter peculiar a alta escada exterior de pedra construída na sua fachada em direcção directa ou paralela a ela”⁴³, publicando fotografias de uma casa minhota com o seu espigueiro (Fot. E. Biel) e ainda da vila do Soajo (segundo Alves Pereira). Menciona que

⁴² Eugeniusz Frankowski, *Hórreos y Palafitos de la Península Ibérica*, Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1918, p. 8.

⁴³ Eugeniusz Frankowski, *Hórreos y Palafitos de la Península Ibérica*, Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1918, p. 136.

“o piso térreo possui às vezes amplo portal com colunas que ocupam lugares diferentes em várias casas, indicando assim a sua origem na antiga estacada palafítica”⁴⁴, exibindo uma fotografia demonstrativa com a casa rural de Torre de Vilela (segundo A. Mesquita de Figueiredo). Mas também refere que a típica *casa portuguesa* deu origem a algumas casas ricas nas cidades, das quais menciona a casa de Ricardo Severo no Porto, com uma fotografia de Rocha Peixoto, fazendo depois o mesmo exercício para a Galiza, apresentando também uma série de exemplos.

Fernando Fragoso exaltando e valorizando a terra portuguesa, exibia no seu artigo *A fotogenia da Terra Portuguesa* fotografias do Dr Evaristo Pessoa Jorge, de modo a exemplificar a fotogenia de Portugal, onde para além da paisagem é exibida a arquitectura popular nomeadamente de duas casas portuguesas, uma na Pocariça (uma aldeia nos arredores de Coimbra) e outra em terras da Beira, considerando o autor que esta seria uma excelente matéria-prima para a realização de documentários⁴⁵. Outra “fotogenia” era registada no documentário *Norte de Portugal* (1930) do médico e realizador amador J. R. dos Santos Júnior, onde encontramos em preciosas imagens avulsas, uma aldeia com os seus habitantes à saída da igreja, espigueiros, construções populares cobertas de colmo, os caminhos e os animais, integrados na paisagem e revelando um quotidiano mais real e menos construído.

Em 1932 o geógrafo Vergílio Taborde publicaria a sua tese de doutoramento “Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico”⁴⁶, considerando-o um trabalho de reconhecimento, “multiplicando os inquéritos e as excursões realizados

⁴⁴ Eugeniusz Frankowski, *Hórreos y Palafitos de la Península Ibérica*, Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1918, p. 136.

⁴⁵ FRAGOSO, Fernando – *A fotogenia da Terra Portuguesa*. Cinéfilo, nº 93, 1 Junho, 1930.

⁴⁶ TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

em dezenas de aldeias, junto dos que trabalham a terra e para ela só vivem, excursões que abrangeram no total alguns meses (...) À primeira «campanha» feita em Setembro-Outubro de 1929, seguiram-se outras em Agosto-Outubro de 1929, em Agosto-Outubro de 1930, e em Janeiro, Março-Abril e Junho de 1931. E pouco a pouco com a documentação fotográfica, se foram acumulando as notas⁴⁷. Define a casa rural como “a imagem do solo pelos materiais de que é construída, traduzindo a influência das condições físicas e o próprio reflexo da vida do camponês”, apresentando os tipos de habitação, os materiais da casa, caracterizando igualmente as aglomerações da população rural, definindo a posição e forma das povoações, apresentando fotografias suas das habitações em Rebordelo (Vinhais), e as casas de colmo na povoação mais alta de Trás-os-Montes Alturas do Barroso⁴⁸. Para além da morfologia do aglomerado descreve a composição interior da casa, chamando a atenção que o agricultor, “ainda mesmo o que vive rico ou remediado, não gosta de construir; prefere ir adaptando a sua velha morada, modifica-la ou acrescentá-la, a edificar desde os alicerces”⁴⁹.

Os discursos presentes na construção de uma ideia e de uma imagem de Portugal, na construção da identidade familiar e de uma identidade colectiva reforçam-se através da paisagem e da arquitectura popular. O sociólogo Paul Descamps refere na introdução da sua obra *Le Portugal. La vie sociale actuelle* de 1935, que para avaliar a força de um país, não era suficiente contar com todas as mercadorias produzidas (...) era

⁴⁷ TABORDA, Vergílio – Alto Trás-os-Montes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p.X. Orlando Ribeiro considera que Vergílio Taborda atentou na tese exemplar de Jacques René Lavainville (que fora discípulo de Vidal de la Blache), intitulada *Le Morvan. Etude de géographie humaine*, a qual foi publicada em 1909.

⁴⁸ TABORDA, Vergílio – Alto Trás-os-Montes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p.195-206.

⁴⁹ TABORDA, Vergílio – Alto Trás-os-Montes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p.198.

também necessário avaliar a energia moral do povo, a força dos laços de solidariedade que unissem os homens e cimentassem a sociedade⁵⁰. Esta obra era o resultado de um longo inquérito sobre Portugal em pesquisas que duraram quatro anos, implicando minuciosas observações directas, integradas na obra através de um conjunto de imagens da paisagem das diferentes regiões de Portugal, dos respectivos trabalhos agrícolas, dos costumes e das arquitecturas das quais destacamos a dimensão comparatista que se pode estabelecer entre o interior de uma casa do Norte e um monte no Alentejo. Na verdade, a diversidade da riqueza regional é igualmente salientada por Andrée Ficq: “em Portugal cada província possui o seu estilo próprio, claramente determinado pelas condições do clima, dos materiais de construção, e pelo carácter dos habitantes. A natureza coloca à disposição das populações das províncias do Norte, onde o clima é rude no inverno, um granito compacto, difícil de talhar, rebelde. É o que explica esta rigidez do estilo, esta sobriedade de ornamentos, esta forma um pouco solene que caracteriza as residências ou «solares» do Vale do Minho”⁵¹.

O etnógrafo José Leite de Vasconcelos, considerado por Orlando Ribeiro o grande Mestre de Lusitanidade, que “apontava em caderninhos tudo o que via e ouvia ao povo”⁵², e ensinava que o presente provinha do passado, assumia o Minho como “a terra clássica das nossas tradições e antigos costumes”⁵³. Em 1916 Leite de Vasconcelos publica na *Revista Lusitana* “Casa Portuguesa, um inquérito etnográfico”, levado a cabo pelos seus alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, onde cada aluno de forma

⁵⁰ DESCAMPS, Paul – *Le Portugal. La vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot et C^a, Éditeurs, 1935.p.IX-XVIII.

⁵¹ FICQ, Andrée – *La Maison Portugaise à travers les ages*. Portugal 1937 Exposition de Paris, SPN, 1937, p. 5.

⁵² RIBEIRO, Orlando – *Notícia introdutória*, in, VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. IV, 1982, p. vii.

⁵³ Ribeiro, Orlando, prefácio, DIAS, Jorge, *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1948.p.IX.

breve e sistematizada apresenta os caracteres da habitação tradicional, salientando a sua integração, tipo e materiais de construção, organização interna do espaço, apresentando por vezes plantas, a utilização do espaço e seu mobiliário, e salientando os modos de habitar⁵⁴. Leite de Vasconcelos publica na *Etnografia Portuguesa* (1936) o seu estudo da Terra de Portugal, dos seus caracteres físicos e do seu povoamento, directamente articulado com a construção e composição da habitação (vol. II e III)⁵⁵. Seguem-se os volumes (publicados postumamente) do Povo Português (Vol. IV), e da Vida Tradicional onde se insere no vol. VI a caracterização da Habitação, dando continuidade ao “inquérito sistemático entre alunos da Faculdade de Letras, com o fim de averiguar as particularidades regionais da

⁵⁴I “Ilha da Madeira”, Eduardo Antonio Pestana; II “Costa de Cima”, Esmeria de Sousa; III “Mirandela”, José Maria Aleixo de Lopes; IV “Portalegre”, Pedro Lino Bragança Gil; V “Ereira, concelho do Cartaxo”, Alda Guedes Teixeira; VI “Freguesia de Lavos (Figueira da Foz), As casas da Cova, da Costa e de Leirosa, As casas da Gala”, Joaquim Faria Corrêa Monteiro; VII “A casa minhota”, António de Jesus Gonçalves; VIII “Bouça-Cova”, Manoel do Nascimento Simão; IX “Espàriz (Coimbra)”, Adelaide Saramago, in, *Revista Lusitana*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916, vol. XIX, fasc. 1-2 e 3-4.

⁵⁵Exemplo dessa articulação é a breve história que apresenta da Vila Nova de Valenças (Cibôrro), em Montemór-o-Novo, ao referir: “Não cessou em tempos modernos o costume de ricos magnates fundarem povoações por enfiteuse. Por exemplo, dentro da vasta herdade do Paço, no concelho de Montemór-o-Novo, freguesia de S. Gens & S. Geraldo, pertencente aos Sros Condes de Valenças, existe num recanto *monte*, ou casa de campo, chamado do Cibôrro ou Sibôrro, em volta do qual, nos inícios do séc. XX (por 1902, etc), o 1º Conde de Valenças, seguindo tradições, muito alentejanas, começou a fazer aforamentos a várias pessoas de povoações próximas: aforava a cada indivíduo um terreno de 10 metros de frente por 30 metros de fundo, para casa de habitação e quintal, aquela com saída para uma estrada pública; e a cada foreiro, logo que construísse a casa, assistia o direito de também receber de aforamento outro terreno maior para seara, um hectare ou mais, dentro da mesma herdade do Paço, e perto do Cibôrro. O 2º Conde mandou traçar um plano de aldeia, em 1931 conta já cento e tantos fogos, designada de Vila Nova de Valenças” /VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. II (1936), 1980, p. 469). O texto é acompanhado de uma fotografia de uma Rua do Cibôrro tirada e oferecida para a publicação pelo Drº Manuel Heleno, director efectivo do Museu Etnológico, a partir da qual é possível aferir a construção em série dessas habitações.

habitação”⁵⁶. O extenso estudo e levantamento da habitação está estruturado pelas várias regiões de Portugal do norte ao sul e incluindo as ilhas⁵⁷, sendo enriquecido com um conjunto de fotografias e desenhos do autor⁵⁸, caracterização do conjunto da habitação e dos espaços a ela agregados, dos alçados, de detalhes das partes constituintes das construções e dos materiais usados, com plantas da composição interna do espaço, e também desenhos do mobiliário e dos utensílios, que são suporte e fundamento do estudo e interpretação das culturas do habitar, sendo cada capítulo iniciado pela habitação de carácter primitivo.

Em 1938 o Secretariado de Propaganda Nacional promoveu o concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal. Era necessário encontrar uma aldeia cuja arquitectura popular fosse objecto de captura da fotogenia da Nação e por outro lado que servisse de modelo formal e moral. Era a construção de uma ética portuguesa, desenvolvendo “nos portugueses o culto pela tradição”⁵⁹, integrado no discurso da identidade da terra portuguesa, escudo de defesa nacional. Pretendia-se de algum modo premiar “a resistência oferecida a decomposições e influências estranhas” através da “conservação das suas características na habitação...”, afirmando António Ferro “este concurso, de facto, vale, sobretudo pelo pretexto que nos dá de mergulhar na terra portuguesa (...) de encontrar (...) as nascentes da raça

⁵⁶ RIBEIRO, Orlando – Prefação, in, VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. VI, 1975, p. v, vi.

⁵⁷ Casa de Entre Douro e Minho; Casa de Trás-os-Montes; Casa da Beira; Casa da Estremadura; Casa do Alentejo; Casa do Algarve; Casa da Ilha da Madeira; Casa dos Açores.

⁵⁸ Alguns desenhos e gravuras feitos a partir de fotografias tinham sido publicadas anteriormente no *Boletim de Etnografia: publicação do Museu Etnológico Português*, que por sua vez remetia para conteúdos publicados em *O Archeologo Portugues: colecção ilustrada de materiais e noticias publicada pelo Museu Etnológico Português*.

⁵⁹ Regulamento A Aldeia mais portuguesa de Portugal. Lisboa: SPN, 1938.

(...)⁶⁰. No Relatório do Júri Provincial da Beira-Baixa, são publicadas fotografias exibindo a arquitetura popular da aldeia de Monsanto⁶¹. No entanto, as interpretações não eram unânimes e segundo o economista Ferreira Dias “glorificar como mais portuguesa, porventura como modelo de povoado rural, uma aldeia suja e rude (agora, ao que me dizem, muito escanhoada), só porque tem umas pedras de há muitos séculos (e para elas se fizeram os museus) é de um espiritualismo que eu não compreendo, mesmo com esforço (...) mas porque não se glorifica a aldeia mais limpa, a aldeia mais bonita, a aldeia mais produtiva, enfim, a aldeia que mostre qualquer característica positiva e boa em oposição a esta característica negativa de reproduzir fielmente, por atraso e não de propósito, os tempos de Covadonga?”⁶².

O geógrafo Orlando Ribeiro enquanto bolseiro da Junta de Educação Nacional inicia em 1934 um programa de viagens em Portugal matriciais para o seu trabalho futuro e para a valorização dos estudos regionais⁶³. A leitura de Paul Vidal de la Blanche nomeadamente a sua obra *Tableau de la Géographie de la France* (1903) será suporte da análise iconográfica (nomeadamente a importância das fotografias) e descritiva da expressão

⁶⁰ FERRO, António – Prémios Literários, 1934-1947, Lisboa, SNI, 1950.

⁶¹ Relatório do Júri Provincial da Beira-Baixa, Ocidente, revista portuguesa, nº 7, Novembro, 1938, p.96-111; este relatório tem continuidade no Relatório do Júri Provincial da Beira-Baixa, Ocidente, revista portuguesa, nº 8, Dezembro, 1938, p.273-309, com mais imagens da arquitetura popular de Monsanto.

⁶² DIAS, José Nascimento Ferreira – Linha de Rumo. Lisboa: Clássica, 1946, 1º vol. P. ?

⁶³ Em 1935 participa num cruzeiro de férias para estudantes dirigido por Marcello Caetano, como professor adjunto da Missão Cultural, às ilhas da Madeira e de Cabo Verde, à Guiné, Angola e São Tomé e Príncipe. Dirige a bordo um curso de 6 lições sobre “Geografia das Colónias Portuguesas do Atlântico”. Em 1936 defende a sua tese de doutoramento sobre a Arrábida e rege no Centro de Cultura Popular da FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho) o curso de Geografia de Portugal. Entre 1939 e 1940 colabora com o Professor de Martonne na organização dos trabalhos práticos do curso de geografia, tendo dado aulas e dirigido excursões nos arredores de Paris, in, (<http://www.orlando-ribeiro.info/home.htm>).

vernacular e popular presente nos cadernos de campo, levando Jean-Louis Tissier a destacar que Orlando Ribeiro “(...) combine des traits de la tradition realiste qui privilegie les notations visuelles mais aussi sonores ou olfatives qui contribuent à constituer un «effect de réel», en jouant aussi des expressions locales vernaculaires (...)”⁶⁴, e Didier Mendibel a referir que as fotografias correspondem a “une véritable «cinématique» du paysage”⁶⁵. Igualmente determinantes para o seu método e olhar radiográfico foram o geógrafo Ernest Fleury e o etnógrafo José Leite de Vaconcelos, sendo precisamente na companhia deste último que no verão de 1936 faz uma viagem a Trás-os-Montes. A convite do Instituto de Alta Cultura entre 1937 e 1940 é leitor assistente de português na Universidade de Paris, Sorbonne, onde estuda geografia sob a direção de Emmanuel de Martonne, Albert Demangeon, Luteaud, Marres e Sion, vindo a iniciar um trabalho sobre a Beira Baixa, aplicando os métodos da Geografia Moderna. Em 1938 Orlando Ribeiro apresenta no *Congrès International de Géographie* de Amesterdão o seu trabalho “I/Habitat Rural au Portugal”⁶⁶, e enquanto bolseiro do Instituto para a Alta Cultura elabora um modelo de *Inquérito do Habitat Rural*⁶⁷, considerando que o estudo

⁶⁴ Jean-Louis Tissier, citado por Marie-Claire Robic, *Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de La Blanche. Dans les labyrinthe des formes*. Paris: CTHS, 2000, p.23.

⁶⁵ Didier Mendibel, citado por Marie-Claire Robic, *Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de La Blanche. Dans les labyrinthe des formes*. Paris: CTHS, 2000, p.88.

⁶⁶ RIBEIRO, Orlando, *L’Habitat Rural au Portugal*, *Comptes Rendus de Congrès International de Géographie*, Amsterdam (Travaux des Sections A-F), Leiden, UGI, 1938, II, p. 137-144;

⁶⁷ “I – Habitação Rural. 1. Quais são os materiais de construção empregados? Pedra (granito, xisto, calcário, etc.) adobes, tijolo, taipa, madeira, etc. 2. Que forma tem o telhado (de uma, duas, quatro águas), muito ou pouco inclinado? Há casa cobertas por cúpulas, terraços, etc.? Qual o material usado na cobertura? Telha, lousa, colmo, etc. 3. Como é a planta da casa? (Juntar um desenho se fôr possível). Dimensões da casa, das divisões. Quantos andares? Tem escada exterior, alpendre, varanda, coberta ou descoberta? Tem

da casa é inseparável do estudo das povoações, salientava que o inquérito realizado por meio de “investigações pessoais de observação directa das povoações, e com o exame de mapas, estatísticas e documentos históricos” tinha como objectivo elaborar “uma carta dos tipos de *habitat rural* em Portugal, estudados debaixo do duplo aspecto da forma e da origem. Orlando Ribeiro salientava que “o resultado de numerosas excursões em todas as províncias” permitia “fixar algumas linhas gerais” que ajudariam na realização do trabalho, destacando a diversidade de “tipos de *habitat rural*” (Minho, planaltos de Trás-os-Montes, Beira Transmontana e parte oriental da Beira Baixa; Alentejo e parte sul do Ribatejo; Beira Alta, Estremadura e Algarve Baixo; Ria de Aveiro e pontos do litoral)⁶⁸. No mesmo ano elaboraria também um modelo de *Inquérito de Geografia Regional*⁶⁹ com o fim de colher elementos para o estudo geográfico da

chaminé? 4. As casas são rebocadas, caiadas, pintadas? As paredes são revestidas de lousa, madeira ou qualquer dispositivo de protecção? 5. Qual é a disposição e o número das aberturas (portas e janelas)? Em todas as fachadas? Só em algumas? 6. Nas casas com andar, para que serve o rés-do-chão? Os gados, utensílios de lavoura, palha, ferro, etc. Estão cobertos pelo mesmo teto da casa ou que posição ocupam em relação a esta? A casa tem anexo algum pátio? 7. As casas são isoladas ou pegam umas com as outras? Que orientação têm? 8. Há tipos primitivos de habitação, abrigo ou arrecadação, casas sobre estacaria, casas temporárias, para pastores e gado, etc? Que forma têm? Materiais de construção?”, in, RIBEIRO, Orlando – Inquérito do Habitat Rural. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Instituto para a Alta Cultura; Coimbra: Tipografia da “Coimbra Editora”, 1938. p.5,6,8,9,11,12.

⁶⁸ RIBEIRO, Orlando – Inquérito do Habitat Rural. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Instituto para a Alta Cultura; Coimbra: Tipografia da “Coimbra Editora”, 1938. p.6-8.

⁶⁹ “XI – Habitação, 1. Quais são os materiais de construção mais empregados (pedra, adobe, tijolo, taipa, madeira, etc)? Onde vêm? 2. Que forma tem a casa (quadrada, rectangular, irregular, etc)? Dimensões? É térrea ou tem andar (ou andares)? Tem escada exterior, alpendre, varanda coberta ou descoberta, em que andar? Quantas portas e janelas? Grandes ou pequenas? As aberturas são em todas as fachadas, só na principal, ou em quais? Há alguma fachada sem aberturas? Qual? 3. Que forma tem o telhado? Muito ou pouco inclinado? De uma, duas ou quatro águas? O que se emprega como cobertura (telha, de que forma, lousa, colmo)? O telhado é seguro com pedras? A casa tem chaminé? (...)”, in, RIBEIRO, Orlando – Inquérito de Geografia Regional. Lisboa:

Beira Baixa e das regiões que com ela confinam. Orlando Ribeiro funda em 1943 do *Centro de Estudos Geográficos* da Faculdade de Letras de Lisboa, e considerando o povoamento rural “(...) a marca, na paisagem, da diversificada evolução histórica e dos modos de vida do campo”⁷⁰ fez viagens e estudos sobre Portugal, em trabalho de campo, viajando a pé por Trás os Montes, Bragança e Douro. Em 1945 publica *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, na sequência de temas versados em algumas lições e conferências “cujas primícias couberam ao curso de férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1941, e à Missão Estética de Férias que funcionou junto dele”⁷¹. Neste estudo geográfico Orlando Ribeiro procura revelar as influências naturais que se entrelaçam no território português, realçando “os aspectos mais originais e característicos da terra portuguesa e da sua complexa vida popular”⁷², fundamentados a partir de “mais de dez anos de viagens e meditações no território português”⁷³. Salienta também os contributos H. Lautensach, Amorim Girão, José Leite de Vasconcellos e Alberto Sampaio a quem deve o germe do conceito da dualidade de Portugal. É precisamente no contexto desta dualidade de um Norte e um Sul que surgem integradas nas formas de povoamento, as construções de pedra, sendo caracterizada a casa rural em estreita dependência dos materiais de construção locais, não deixando de referir que “a rudeza dos muros de pedra solta do Norte sugere uma possível

Ministério da Educação Nacional, Instituto para a Alta Cultura; Coimbra: Tipografia da “Coimbra Editora”, 1938. p.5,24,25.

⁷⁰ Orlando Ribeiro, citado em Orlando Ribeiro; Hermann Lautensach; Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa, 1989, III, p. 878.

⁷¹ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Coimbra: Coimbra editora, 1945. p. VII.

⁷² RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Coimbra: Coimbra editora, 1945. p. VII.

⁷³ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Coimbra: Coimbra editora, 1945. p. VII.

filiação na cultura arcaizante dos castros pre-romanos”⁷⁴.

Também o geógrafo Amorim Girão, nas suas *Lições de Geografia Humana* (1936) analisa a habitação em território português, dando particular destaque aos materiais e às formas característica da casa, publicando em apêndice o pequeno questionário “Monografia geográfica do meu concelho”⁷⁵, que costumava distribuir aos alunos de Geografia Humana, e ainda “a circular enviada pelo Presidente da Comissão do Habitat Rural”⁷⁶. Em 1941 Amorim Girão edita *Geografia de Portugal*⁷⁷ salientando tratar-se de um estudo fruto do contacto directo, destacando a estreita relação entre a geografia e os materiais de construção, apresentando expressivas imagens aéreas dos tipos de povoamento, e exibindo um vasto conjunto de mapas, fotografias⁷⁸, desenhos e plantas da casa rural de Norte a Sul de Portugal, considerando-a como a mais integrada no ambiente que a rodeia. No seu exaustivo estudo Amorim Girão dá particular destaque aos materiais de construção (granito, xisto, calcário, mármore, arenito, argila, madeira), à composição e organização interna da casa (com indicação da funcionalidade de cada “compartimento”), à forma e materiais da cobertura, colocando lado a lado imagem do exterior e do interior da habitação rural, e à localização geográfica.

Em 1941 inicia-se a edição da *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, recolhendo e divulgando a arquitectura rural e a arquitectura

⁷⁴ RIBEIRO, Orlando – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico. Coimbra: Coimbra editora, 1945. p. 143.

⁷⁵“(…) 5 – Há um tipo de habitação mais geralmente espalhado? Quais as suas divisões interiores e dependências exteriores, e nomas que se lhes aplicam? Materiais de construção das paredes e do tecto? Inclinação deste? (...)”

⁷⁶ GIRÃO, Amorim – Lições de Geografia Humana. Coimbra: Coimbra editora, 1936, p.214.

⁷⁷ GIRÃO, Amorim – Geografia de Portugal. Porto: Portucalense editora, 1941.

⁷⁸ Fotografias de Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Marques Abreu, Foto Beleza, Mário Nunes Vacas, José Barata, Alípio Vicente, Máximo Correia, Eduardo Correia.

erudita, privilegiando a arquitectura da época de D. João V, e muito particularmente lançando o que consideramos poder designar-se por estética do bom senso. A revista *Panorama* publica regularmente as iniciativas que promovem a cultura popular, publicitando “a necessidade de criar uma arte decorativa portuguesa inspirada no património artístico popular”⁷⁹. Precisamente Almeida Garrett afirmava que “Nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular”⁸⁰. O poeta Carlos Lobo de Oliveira considerava que era necessário “defender a arquitectura tradicional das nossas aldeias”, propondo que fosse criado um órgão que orientasse a “construção da casa rural num sentido de regionalismo inteligente”, sugerindo que cada Câmara Municipal, estabelecesse “um ou mais prémios, destinados ao proprietário e ao autor do projecto, arquitecto ou artista decorador de casa rural que durante certo período se construa no aglomerado – com o emprego, claro está, dos materiais da região”⁸¹. Em diversos números da revista *Panorama* são exibidas imagens da arquitectura regional, popular, rural que se aproximam, embora noutra contexto das imagens do futuro inquirido à arquitectura popular portuguesa.

Em 1942 o poeta Afonso Lopes Vieira interessado em reaportuguesar Portugal e em valorizar o carácter popular da arte defende que “o coração de Portugal, onde o próprio chão, o das praias, da floresta, da planície ou das serras, exala o fluido evocador da história pátria; província heróica, povoada de mosteiros e castelos”⁸², e o engenheiro agrónomo Mário Botelho de Macedo em *A Casa Rural: a habitação* (1942) refere que era

⁷⁹ ALVES, Vera Marques – «Camponeses Estetas» no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional. Lisboa: ISCTE, 2007.p.46.

⁸⁰ Almeida Garrett (prefácio da 2ª ed. do vol. I do Romanceiro e Cancioneiro Geral, 1843).

⁸¹ OLIVEIRA, Carlos Lobo de – Defesa da Paisagem Rural. Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SNI, CPT, vol. 5º, nº 30, (1946).

⁸² VIEIRA, Afonso Lopes – Nova demanda do Graal. Lisboa: Bertrand, 1942, p. 65.

nas “casas rurais mais escondidas e afastadas dos centros urbanos” que se encontrava “ainda o verdadeiro estilo português, caracterizado (...) por uma notável harmonia de proporções”⁸³.

A promoção de Portugal era difundida pela Emissora Nacional em programas da Sociedade de Propaganda de Portugal, através das crónicas de Damião Peres sobre a História de Portugal⁸⁴, das crónicas de Armando Lucena dedicadas aos presépios, feiras e mercados, fantoches, pregões de Lisboa, moinhos, procissões, olarias de Mafra, sinos do Convento de Mafra e traje minhoto⁸⁵, e largamente publicada e exibida em expressivas imagens de edições de cariz turístico⁸⁶. Essa campanha era aliás assinalada por Luís Chaves ao referir: “Além dos festivais e concertos folclóricos realizados na Emissora, no Rádio-Renascença e Rádio-Club, ou por estas emissoras transmitidos, devemos notar as palestras periódicas nelas feitas sobre assuntos do folclore, artes e tradições populares portuguesas. A Emissora Nacional difunde aos domingos estudos valiosos do Professor Armando Lucena, submetidos à designação genérica de «Arte popular, usos e costumes portugueses»; no Rádio-Club faz frequentemente o Engenheiro-Agrónomo António Luiz de Seabra as suas «Palestras Agrícolas», que têm

⁸³ MACEDO, Mário Botelho de – A Casa Rural. Lisboa: Soc. Astoria, 1942, p. 9.

⁸⁴ PERES, Damião Peres – Como nasceu Portugal. Barcelos: Comp. Editora da Minho, 1938.

⁸⁵ LUCENA, Armando de – Arte Popular - usos e costumes portugueses. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1942; LUCENA, Armando de – Arte Popular - usos e costumes portugueses. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945.

⁸⁶ DIAS, Jaime Lopes, Beira Baixa, In, SEQUEIRA, Janina de Mattos, ed.lit. Terras Portuguesas. Lisboa: Shell Portuguesa S.A.R.L., [1944], nº 9, p. 11 fotografia do Paul; CHAVES, Luiz, Trás-os-Montes, In, SEQUEIRA, Janina de Mattos, ed.lit. Terras Portuguesas. Lisboa: Shell Portuguesa S.A.R.L., [1944], nº 10, p. 6, fotografia típica casa de aldeia – serra de Barroso. Coleção com a colaboração do fotógrafo Domingos Alvão, e com “alguns textos que saibam despertar o interesse de ver, algumas fotografias que consigam entremostrear o monumento ou o espectáculo, e anunciá-lo expressivamente”, in, SEQUEIRA, Gustavo Mattos – Ribatejo, In, SEQUEIRA, Janina de Mattos, ed.lit. Terras Portuguesas. Lisboa: Shell Portuguesa S.A.R.L., [1944], nº 1, p.3.

muito a miúde o interesse folclórico e etnográfico da vida agrícola e da sabedoria popular da nossa gente; no Rádio-Renascença já quasi há um ano, se o não fez já, fala em terças-feiras alternadas o Conservador do Museu Etnológico de «Tradições e Artes Populares»⁸⁷.

Os engenheiros-agrónomos Eduardo Alberto de Lima Basto e Henrique Teixeira Queiroz de Barros publicam o *Inquérito à Habitação Rural* encomendado pela Universidade Técnica de Lisboa e financiado pela Federação Nacional dos Produtores de Trigo. O trabalho desenvolvido em colaboração com finalistas e recém-licenciados em Agronomia abrange um conjunto de 11 províncias, correspondendo às regiões do Minho, Douro, Trás-os-Montes e Alto-Douro (1943)⁸⁸, o volume correspondente às regiões Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa (1947)⁸⁹ e o volume correspondente ao Ribatejo, Estremadura, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve (embora o trabalho já estivesse finalizado em 1947⁹⁰, só muito parcialmente viria a ser dado a conhecer em 1989⁹¹ e integralmente

⁸⁷ CHAVES, Luís – Nos domínios da etnografia e do folclore, contribuição das estações emissoras, Ocidente, revista portuguesa, n.º 8, Dezembro, 1938, p.383.

⁸⁸ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – *Inquérito à Habitação Rural*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943. Após o falecimento do Prof. Lima Basto ficou incumbido de continuar a direcção do «Inquérito» o Prof. Henrique de Barros.

⁸⁹ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – *Inquérito à Habitação Rural*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1947.

⁹⁰ “Em meados de 1947, porém, após o surgimento de zelosas suspeições quanto às intenções do Inquérito por parte de um membro do governo, e posto que facto desligado de tal circunstância, o professor Henrique de Barros seria compelido ao abandono da sua cátedra no Instituto Superior de Agronomia. Foi o ponto final do valioso e valoroso projecto”, in, SILVA, Carlos, Recordando o «Inquérito à Habitação Rural», Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Etnologia, 1989, p. 757.

⁹¹ SILVA, Carlos, Recordando o «Inquérito à Habitação Rural», Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Etnologia, 1989, p. 760-790.



Figura 1

Pena (S. Pedro do Sul),
coberturas de lajes de xisto

Fotografia: Orlando Ribeiro, nº 1375,
in, Fototeca do Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território;
(fotografia reproduzida em Amorim
Girão, Geografia de Portugal, 1941,
estampa XL)

publicado em 2012⁹²). Foi elaborado um *Questionário-Guia* do qual fazia parte integrante, no que concerne à casa, uma descrição minuciosa da aparência externa e sua orientação, existência ou não de pátio, quintal ou anexo, os materiais de construção, de revestimento e de cobertura, as dimensões, e as aberturas entre outras. Este inquérito insere-se no âmbito dos inquéritos realizados ao território da Escola de Le Play, e na sequência do Inquérito Económico-Agrícola (1936). Lima Basto na introdução do primeiro volume refere que “nos últimos anos, manifestou-se em quase todos os países um interesse crescente pela habitação rural”⁹³. Depois de mencionar uma série de estudos sobre a habitação rural realizados em Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Dinamarca, Suécia espera que o seu inquérito venha a ‘despertar a atenção de engenheiros e arquitectos para o problema da habitação rural’, facilitando o que considera serem “os elementos indispensáveis para projectos adaptados às diversas regiões, de convenientes e económicas casas rurais que poderiam ser adoptadas e aconselhadas pelas autoridades ou pelas instituições que cuidam da defesa

⁹² BASTO, E. A. Lima; SILVA, António de Faria; SILVA, Carlos, Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias da estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

⁹³ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – Inquérito à Habitação Rural. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p.7.

e do bem-estar da população rural”⁹⁴. Refere ainda que o inquérito pretendia mostrar o que existia e procurava que as fotografias fossem exactas do que era “a habitação rural predominante”. A publicação das imagens deste inquérito mesmo que não realizado no âmbito da arquitectura revelam-se fontes documentais muito ricas. Tal como indicado no questionário-guia procura-se um trabalho minucioso sobre o espaço interior da habitação, particularmente na definição de uma cultura do habitar, e citando Amorim Girão considerando a casa como «a imagem de quem mora lá dentro» o inquérito pretende saber “quem mora lá dentro, como vive e de que vive quem lá mora”. Nos 3 volumes são apresentadas fotografias de diferentes habitações rurais, e respectivas plantas, procurando apresentar a implantação, o exterior, a organização interna do espaço da casa e por vezes o interior da habitação⁹⁵, apresentando um inquérito à arquitectura popular, e revelando variantes identitárias associadas à geografia e aos respectivos materiais. No Minho começando por referir que a habitação resulta das circunstâncias do clima, refere que “os «canastos» que guardam e secam as espigas de milho, na serra, são construídos em bom granito” e alguns deles são assumidos como “verdadeiras obras de arte, duma solidez que promete eternizar-se”⁹⁶, e no Lindoso são caracterizados como “construções sólidas, de bom gratinho”⁹⁷, sendo o texto acompanhado de um conjunto de significativas imagens⁹⁸. A questão de uma arquitectura nacional manifesta-se na apreciação de que “são raras, no Lindoso, as

⁹⁴ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – Inquérito à Habitação Rural. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p.26.

⁹⁵ (Basto, 1943, p. 164 [a,b], p.180[a], p.392 [a]; p.396 [a])

⁹⁶ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – Inquérito à Habitação Rural. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p.76.

⁹⁷ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – Inquérito à Habitação Rural. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p.90.

⁹⁸ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – Inquérito à Habitação Rural. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p.76[a,b].

casas «abrasileiradas». O que predomina são as construções sóbrias, de bom granito, raramente térreas, tendo quasi sempre uma «corte» de gado, no rés-do-chão. A entrada faz-se por escadas, ao cimo das quais há quasi sempre um patamar coberto, ornamentado por colunas mais ou menos cuidadas. A escada e o patamar parece terem sido, para o construtor, a maior preocupação. Este conseguiu dar-lhes sempre uma disposição, pode dizer-se ingenuamente artística, que profundamente impressiona⁹⁹, sendo também o texto acompanhado de um conjunto de imagens¹⁰⁰. Logo em 1943 o tema do inquérito foi objecto de comunicações no Primeiro Congresso de Ciências Agrárias, e um ano após a sua publicação Ramos da Costa apresentaria uma crítica à obra e um estudo e soluções do problema¹⁰¹.

No preâmbulo do diploma criação das *Missões Estéticas de Férias* (1936)¹⁰² são definidos como objectivos: “integrar a Arte num unitário e activo programa de educação nacional (...) dotar a formação dos artistas e estudantes portugueses de Artes Plásticas com o conhecimento estético da Nação, nos seus valores naturais e monumentais, de que são tão ricas as nossas províncias, ao mesmo tempo que se contribuirá para a realização do respectivo cadastro, inventário e classificação”¹⁰³. Na IX Missão Estética de Férias realizada em Évora (1945) para além de estudantes de pintura e escultura participam os alunos de arquitectura da Escola de Belas Artes

⁹⁹ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – Inquérito à Habitação Rural. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p.90.

¹⁰⁰ BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – Inquérito à Habitação Rural. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p.90[a,b].

¹⁰¹ COSTA, F. Ramos da, Inquérito à Habitação Rural. Crítica à Obra. Estudo e Soluções do Problema. Lisboa: Seara Nova, 1944.

¹⁰² Criadas em 1936 (Decreto Lei nº 26 957, do Ministério da Educação, Diário do Governo, I Série, nº202, 28 de Agosto) eram organizadas pela *Academia Nacional de Belas Artes*.

¹⁰³ Decreto Lei nº 26 957, do Ministério da Educação, Diário do Governo, I Série, nº 202, 28 de Agosto.p.1039.

do Porto Nadir Afonso, João David e Francisco Castro Rodrigues ainda aluno de arquitectura da *Escola de Belas Artes de Lisboa*. O director das IX Missão Estética de Férias Professor Dordio Gomes no relatório que elaborou refere que foram realizadas excursões a Arraiolos, Estremoz, Vila Viçosa e Reguengos de Monsaraz, e ainda que “todo este mistério de vida estranha, deve ter confidenciado ao arquitecto Rodrigues a sua «Tentativa de inquérito à habitação»¹⁰⁴, e no catálogo da Exposição dos trabalhos realizada em Lisboa na SNBA é referenciado nas obras exibidas: “Tentativa de inquérito à habitação; levantamento tipo pobre; tipo médio e cozinhas, para além de desenhos a lápis e aguarelados da casa pobre, da casa rica e de arquitectura regional”¹⁰⁵. Sob o título de *Um Inquérito sobre Arte*, o jornal *Democracia do Sul* entrevistou os alunos das Escolas de Belas Artes que participaram na IX Missão Estética de Férias. Castro Rodrigues quando foi interrogado pelo jornal *Democracia do Sul* refere: “A casa rica pode ostentar uma linda janela mudéjar, umas pedras ricas e de grande passado. Mas para mim esse aspecto é artificial. A casa pobre, a graciosidade de arranjo interno, a disposição dos objectos, a colocação accidental, dão-me a ideia de qualquer coisa como uma predisposição latente para as artes, um bom gosto generalizado que vai desde o decorativo dos pratos ao recorte dos papéis das paredes, ou à distribuição das cores nas mantas e tapetes. Faltam nesta terra várias escolas de artes e ofícios para fomentar e generalizar o gosto pela cultura artística paralelamente à especialização técnica”¹⁰⁶. Segundo Castro Rodrigues pode-se “fazer arte

¹⁰⁴ No relatório da Missão o Prof Dordio Gomes refere ainda que Nadir [Afonso] sorveu nesse casario algumas das suas imprecisas visões dum surrealismo alucinante (...) e que tinham realizado dois passeios (...) o primeiro à herdade do Bussalfão, perto da aldeia de Santa Maria de Machêde, e o segundo no monte da Igreja, na freguesia da Graça do Divor, in, Missões Estéticas de Férias, IX-XII, Évora, Viseu, Sintra, Vila Viçosa, 1945 a 1948, Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes.

¹⁰⁵ Exposição da 9ª Missão Estética de Férias organizada pela Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, Novembro, 1945.

¹⁰⁶ Jornal *Democracia do Sul*, “Um inquérito sobre arte”, arq Francisco Castro Rodrigues,

moderna, arte que sirva os homens de hoje aplicando todos os ensinamentos da nossa «era maquinista» com os materiais e mão-de-obra da região. (...) A arte moderna não é uma criação artificial mas vem em consequência do desenvolvimento da cultura, da técnica, da indústria do nosso tempo. (...) entre nós a moderna, está ainda balbuciante. Anda-se muito à volta dos manuelinos, dos pombalinos, dos raulinos... é cómodo e de êxito quase sempre certo... Tem-se feito arquitectura do exterior para o interior. É por isso que eu pretendo vir a ser um bom arquitecto moderno”. E questionado sobre o que tinha sido mais importante para o estudante de arquitectura respondeu que tinha sido conhecer o alvanéo. Referindo-se ao pedreiro que construía as abóbadas para as habitações lembra: “Eu ficava a ver cá em baixo o trabalhador fazer a colocação, a colagem dos tijolos à parede e, a partir daí, seguir uma curvatura cuja projecção era desenhada na parede. Construía aquilo sem andaimes. A certa altura, passavam para cima da estrutura que estava criada, com uma “flecha”, uma altura mínima, da ordem dos 50 centímetros ou menos para vãos de 4 ou 5 metros, ou mais às vezes. Quando chegavam ao último buraco, o operário que estava lá em cima punha umas vezes um tijolo inteiro, outras vezes só um pedacinho, um caco, que era o fecho da abóbada. Fechada a abóbada, punham um servente lá em cima, a dar pulos, com o empreiteiro, o alvanéo, o sabedor, a olhar cá de baixo, a ver onde é que aquilo se articulava ou não. Depois, ele mandava carregar nos “rins”, como eles chamavam àqueles vazios, enchendo os espaços tangentes à cúpula de detritos até equilibrar aquilo, de acordo com o seu pensamento, a sua arte. Era uma coisa bonita de ser ver. Nunca mais vi fazer isto. Agora com o betão armado, faz-se tudo... Mais ferro menos ferro... Mas aquilo não levava ferro algum. Só tijolo, o lambaz, creio que era esse o nome daquele tipo de tijolo. (...) Dávamos muito bem nessa altura com os homens dos Monumentos Nacionais, dirigidos pelo Júlio, o Saul Dias, irmão do Régio. Mais tarde perguntei-

lhe: “Como é que é isto? Qual é a fórmula matemática?”. Ele não sabia. “Isto é empírico. Os operários é que sabem”. Há uns especializados que sabem as possibilidades do abaixamento do vão, da “flecha”, que é assim que se chama”¹⁰⁷.

Se o filósofo Oswald Spengler definindo a cultura por contraste com a civilização como algo de nacional e específico referia que “as culturas são plantas que só vivem no solo donde brotaram”¹⁰⁸, em 1945 no artigo “O Problema da Casa Portuguesa” o arquitecto Fernando Távora¹⁰⁹ chamava a atenção que “um estilo nasce do povo e da terra com a naturalidade duma flor, e povo e terra encontram-se presentes no estilo que criaram em muitas gerações”, levando-o a questionar “que sentido poderá ter, pois, a vontade de criar numa geração um *estilo português* sem, para tanto, proceder a estudos integrais das nossas necessidades e das nossas condições?”¹¹⁰. Távora advertia igualmente que “o cumprimento do desejo de casa para todos” só se poderia realizar “depois de estudos sérios, concisos e orientados” nos dois elementos: “o Homem e a Terra”, propondo um estudo da casa portuguesa tanto erudita como popular, ou como também lhe chama, construção em Portugal, entendendo-o como “elemento colaborante da nova Architectura” cujos estudos se poderiam agrupar em três ordens: “a) do meio português; b) da arquitectura portuguesa; c) da arquitectura moderna no mundo”¹¹¹. O arquitecto considerava que a

¹⁰⁷ DIONISIO, Eduarda ed. lit. – Um cesto de cerejas. Conversas, memórias, uma vida. Lisboa: Casa da Achada, 2009, p. 115.

¹⁰⁸ SPENGLER, Oswald – La Decadência de Occidente. Bosquejo de una morfologia de la historia universal. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1940, Tomo1, p. 566, 195.

¹⁰⁹ Assinado F.L., em 1947 Fernando Távora quando publica o texto “O Problema da Casa Portuguesa” refundido e aumentado pelo autor, refere que o texto tinha sido primeiramente publicado no semanário Alêo de 10 de Novembro de 1945.

¹¹⁰ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, Semanário Alêo: Boletim das Edições Gama. Lisboa, série IV, ano IV, nº 5, 10 Novembro 1945, p.10.

¹¹¹ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, Semanário Alêo: Boletim das

casa popular forneceria “grandes lições porque ela é a mais verdadeira, a mais funcional e a menos fantasiosa”¹¹², denunciando “hoje ela estuda-se pelo seu pitoresco e estiliza-se em exposições”¹¹³. Távora sublinhava de modo muito claro a insinceridade da arquitectura ao referir: “Falsa Arquitectura. Estabeleceu-se (é o termo) que a nossa habitação tradicional era caracterizada por um determinado número de motivos decorativos que começaram a aplicar-se, esquecendo o elementar princípio de que a *Arquitectura não serve os motivos* mas estes, pelo contrário, lhe estão submetidos. (...) de início – e aí com o seu verdadeiro sentido – as formas arquitectónicas resultam das condições impostas ao material pela função que é obrigado a desempenhar. (...) Numa palavra: a forma depende da função e forma sem função não pode justificar-se. Existe nas «casas portuguesas» - e podemos afirmá-lo sem receio – uma *mentira arquitectónica*, que caracteriza os maus períodos ou os maus artistas e, como mentira que é, todos os maus homens”¹¹⁴. Na edição de 1947 deste artigo Távora inicia o texto com a entrada “Arquitectura e Arqueologia”, referindo que nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX a arquitectura portuguesa estava perdendo o que convencionalmente se chamava *carácter* e denuncia o estudo “muito superficial da nossa Arquitectura passada” e o consequente movimento da «Casa Portuguesa» ao qual tinha presidido a “mentira arquitectónica”¹¹⁵.

Edições Gama. Lisboa, série IV, ano IV, nº 5, 10 Novembro 1945, p.10.

¹¹² TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, *Semanário Alêo: Boletim das Edições Gama*. Lisboa, série IV, ano IV, nº 5, 10 Novembro 1945, p.10.

¹¹³ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, *Semanário Alêo: Boletim das Edições Gama*. Lisboa, série IV, ano IV, nº 5, 10 Novembro 1945, p.10.

¹¹⁴ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, *Semanário Alêo: Boletim das Edições Gama*. Lisboa, série IV, ano IV, nº 5, 10 Novembro 1945, p.10.

¹¹⁵ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, *Cadernos de Arquitectura*, nº1, Lisboa: Tip. Imp. Libânio da Silva, 1947, p.5, 8. Ainda neste artigo Távora refere: “Alguns Arqueólogos escreveram e trataram já das nossas casas, mas, do que deles conhecemos, nenhum deu sentido actual ao seu estudo tornando-o elemento colaborante

O director do *Secretariado Nacional de Informação* António Ferro no prefácio de *Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes* (1946), refere que se trata de uma obra para os portugueses que vivem fora do país (Brasil, Argentina, Estados Unidos da América do Norte, China...) mas também útil para os portugueses do Império (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Índia, Timor, Macau), que permite dar a conhecer o “essencial do corpo e da alma da nação” ao português emigrado. Este “resumido Portugal” permite “trazer a Pátria no coração” que para Ferro era “trazer a Pátria de cor”. Para realizar o panorama de Portugal foram convidados professores e escritores competentes e ilustres garantindo a autenticidade e a obra seria acompanhada de fotografias, desenhos e mapas. Nesta obra o texto “Território e População”¹¹⁶ de Orlando Ribeiro salientando os traços do Minho, da Montanha do Minho, Trás-os-Montes e Douro, a Beira, as Regiões litorais do Centro, o Ribatejo, o Alentejo e o Algarve, é acompanhado de fotografias do próprio exibindo imagens da arquitectura popular integrada na paisagem (espigueiro ou canastro para guardar o milho (Minho); casas colmadas da Gralheira na Serra do Montemuro; casa de tipo setentrional: de granito, loja e andar, e escada exterior de acesso e alpendre; apenas o andar se destina a habitação; casa alentejana, de um só piso, com grande chaminé, destinada apenas a habitação; casa Algarvia, de um só piso, em parte coberta por açoteia (terraço); estas imagens são de natureza muito diferenciada das imagens que constam no artigo “As belezas naturais e o turismo”¹¹⁷ de Luís Teixeira onde a arquitectura popular/ tradicional das diferentes regiões do país

da nova Arquitectura. O passado é uma prisão de poucos sabem livrar-se airoso e produtivamente; vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio mas em função de nós próprios”, p.11.

¹¹⁶ RIBEIRO, Orlando – Território e População, in, Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes. Lisboa, SNI, 1946, p. 1-28.

¹¹⁷ TEIXEIRA, Luís, As belezas naturais e o turismo, in, Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes. Lisboa, SNI, 1946, p. 419-439.

captadas e ou enquadradas de “modo amoroso” sob influencia de um certo pitoresco (uma pequena construção na Serra do Soajo, uma rua em Nossa Senhora da Orada no Alentejo, uma vista de Olhão no Algarve, ou mesmo uma vista de Alfama em Lisboa).

O pintor Fernando Galhano desde a juventude que visitava e permanecia na aldeia da Gralheira da Serra de Montemuro, e o seu álbum de fotografias e desenhos (1926) revela o interesse pela paisagem e pela arquitectura, tendo sido nesse território que partilhou o seu amor pela natureza com Jorge Dias e seu primo Álvaro, fazendo passeios em conjunto pela serra, e o início de inúmeras excursões em tempo de férias (Castro Laboreiro, Lindoso, Vilarinho da Furna, etc) e também Ernesto Veiga de Oliveira e seu irmão Eduardo Oliveira.

Em 1939 Fernando Galhano recebe uma carta de Munique do seu amigo Jorge Dias dizendo: “no verão quero fazer umas excursões no género das que temos feito. (...) também gostava de passar um tempo nas alturas de Gerês e do Barroso. O Ernesto de Oliveira deve estar disposto a ir connosco”¹¹⁸. Jorge Dias companheiro de Galhano na vagabundagem¹¹⁹ pela natureza, espaço de sonho e de liberdade, decide doutorar-se na área científica de Etnologia na Alemanha e vem a Portugal em 1940 recolher material na aldeia comunitária de Vilarinho da Furna acompanhado também por Fernando Galhano, que fotografou, desenhou e pintou esta aldeia, assim como também o seu primo Álvaro que também fotografou Vilarinho. A sua tese de doutoramento sobre Vilarinho da Furna será realizada em Munique em 1944 e publicada (*Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*) em

¹¹⁸ Homenagem a Fernando Galhano 1904-1995. Porto: Câmara Municipal do Porto, p.43.

¹¹⁹ “Eu estou agora convencido, de que a única coisa para mim verdadeira é a vagabundagem”, Carta de Jorge Dias a Ernesto Veiga de Oliveira, (Munique, 20-VI-39), in, LEAL, João, A energia da Antropologia: seis cartas de Jorge Dias para Ernesto Veiga de Oliveira, Etnográfica, vol. 12 (2), (Nov. 2008), p.503-521.

Portugal em 1948¹²⁰. As fotografias e os desenhos de Fernando Galhano revelam a arquitectura da comunidade, quer em grandes planos integrando a arquitectura na paisagem, quer em pequenos detalhes que acompanham um texto muito rico do ponto de vista da terminologia usada para cada uma das partes constituintes dessa arquitectura.

Segundo Jorge Dias a “Cultura Popular é produto de três elementos distintos: o homem, a terra e a tradição. (...) O popular, além de si como fenómeno de cultura, pode também, pela tendência conservadora que o caracteriza, dar a chave de muitos recantos obscuros do passado. São inúmeras as sobrevivências de formas culturais velhíssimas que se encontram pelas aldeias dos nossos países. Não apenas dos romanos, mas de muitos outros povos que, em vagas sucessivas, invadiram o território que é hoje a nossa pátria, e de cuja amálgama e fusão resultou o povo que nós somos”¹²¹. Orlando Ribeiro salientava a diferença clara entre o rigor e a qualidade do estudo objectivo dos temas populares de Jorge Dias e a “simples curiosidade das coisas do povo, posta tantas vezes ao serviço da propaganda turística”¹²², «para haver ciência tem de haver coordenação, sistematização, interpretação casual e filosofia dos fenómenos e das relações entre eles, no sentido de constituir um corpo geral, em que os fenómenos particulares tenham o lugar que lhes corresponde»¹²³.

¹²⁰ DIAS, António Jorge, *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular - Instituto para a Alta Cultura, 1948; parte das fotografias e desenhos da edição corresponde ao material do Centro, nomeadamente os desenhos 23.17 e 23.30 de Fernando Galhano da ficha “ref^a casas 88” que corresponde à casa da família Trigo.

¹²¹ DIAS, António Jorge, *Cultura Popular e Cultura Superior*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Portugueses, 1949, p. 10,11.

¹²² Ribeiro, Orlando, prefácio, DIAS, Jorge, *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1948.p.IX.

¹²³ Ribeiro, Orlando, prefácio, DIAS, Jorge, *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1948.p.IX.



Figura 2

Construções circulares, Serra Amarela entre Lindoso e Vilarinho da Furna, 1937.

Fotografia: Eng. Pinto de Sá. Anotação na ficha: “em abóbada falsa, serve de abrigo a pastores”, in, Museu Nacional de Etnologia / Arquivo Centro de Estudos de Etnologia

O caldear das excursões, das caminhadas pelo território, do sentimento da natureza¹²⁴, do trabalho no terreno e da investigação académica resultaria a partir de 1947 na constituição do *Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*¹²⁵ sob a coordenação de Jorge Dias iniciando uma pesquisa sistemática pelo território português, com levantamentos das práticas

¹²⁴ No assertivo texto “Acerca do sentimento da natureza entre os povos latinos” (1942), Jorge Dias percorre a literatura portuguesa enquanto espelho da vida interior do povo português.

¹²⁵ O Centro de Estudos de Etnologia Peninsular foi criado por decisão do Instituto de Alta Cultura, homologada por despacho ministerial de 2 de Abril de 1945 (ofício do Instituto de Alta Cultura, nº 3-3871, 45/777, de 13-4-1945). Ele representava a materialização da ideia – nascida de uma conversa havida entre os então Reitor da Universidade do Porto, Professor Doutor Amândio Tavares, que era ao tempo também Vice-Presidente do Instituto de Alta Cultura, e o cônsul de Espanha no Porto, D. José de Erice – de um organismo de investigação tendo em vista o estudo global do Homem Peninsular, e que coordenasse as actividades científicas de Portugueses e Espanhóis nesse campo. (...) A Direcção do novo Centro foi, pelo referido despacho, entregue ao Professor Doutor António Augusto Esteves Mendes Corrêa (...) propondo que o Centro tenha como sede o Instituto de Antropologia que existia já na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, do qual era director; em 1964 desloca-se para Lisboa; a finalidade original do intercâmbio com a Espanha, nunca chegou a efectivar-se plenamente, (...) em 1947 Jorge Dias (desde 1938 bolsheiro do Instituto de Alta Cultura) ingressa no Centro e vai aí organizar a investigação etnográfica”, in, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto-Lisboa, 1947-1967, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968, p.7-13. Figuras centrais do Centro seriam Margot Dias, Fernando Galhano, Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira.

ancestrais, algumas das quais em perigo de desaparecer, e que resultaria num valioso espólio de fichas, fotografias, desenhos, filmes, cujo fundo está na origem do Museu Nacional de Etnologia (1965). Entre 1947 e 1950 as fichas sobre casas¹²⁶, fruto das pesquisas e dos inquéritos realizados no terreno de Norte a Sul de Portugal, contêm: fotografias (mencionando sempre o autor da fotografia), desenhos a elas associados, e anotações/registos do tipo de povoamento, do material, do sistema e dos detalhes construtivos, o tipo de planta (circular, quadrangular e rectangular) e da respectiva organização e uso interno do espaço, chamando a atenção para o tipo cobertura, de varanda, de chaminé, de forno, das escadas, de elementos decorativos, e fazendo o registo de depoimentos dos habitantes mais antigos acerca de determinadas formas, usos ou procedimentos. Sobre as casas de Felgar em Moncorvo, Jorge Dias anota: “são quasi todas de telhados a duas águas; usam como chaminés as partes superiores das talhas, pousadas nos telhados (há oleiros na povoação)” acrescentando um pequeno desenho do detalhe do fumo a sair.

Em 1949 Jorge Dias seria o organizador da “Excursão A” integrando o Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro, organizada e percorrida durante sete dias no âmbito do XVI *Congrès Internacional de Geographie*, e a partir da qual resultaria também uma publicação caracterizando o território e a sua ocupação, sendo o volume acompanhado de um conjunto de fotografias e desenhos de Fernando Galhano exibindo a paisagem, os aglomerados, a arquitectura popular, os costumes e as artes populares¹²⁷. De uma casa no

¹²⁶ O apoio do Drº Paulo Ferreira da Costa Director (em regime de substituição) do Museu Nacional de Etnologia, e o precioso acompanhamento da Drª Carmen Rosa, foi crucial para a pesquisa realizada no Arquivo Centro de Estudos de Etnologia do Museu Nacional de Etnologia, onde para além das fichas das casas relativas ao período em análise (primeira metade do séc. XX), também consultamos as fichas relativas às construções de falsa cúpula, construções circulares, construções de materiais vegetais, espigueiros.

¹²⁷ DIAS, Jorge, Minho, Trás-os-Montes, Haute-Douro, *Livret-guide de excursion A du Congrès International de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949; fotografias do Instituto do Vinho do Porto, de Pinhais & Cª, do Eng.

Barroso são apresentados desenhos em perspectiva da entrada, do interior do pátio e da varanda e a planta de todo o conjunto com a indicação do tipo de ocupação/utilização de cada uma das partes, e uma fotografia de Jorge Dias da aldeia Alturas no Barroso. Ainda no âmbito desse Congresso e procurando as várias origens da casa rectangular com cobertura de duas ou quatro águas, Jorge Dias em 1949 apresenta um estudo da evolução da casa em Portugal, considerando que para essa investigação muito contribuía os abundantes vestígios das primitivas formas assim como também das construções de transição. Esse complexo estudo poderia ser visto de diferentes perspectivas: “arranjo do plano; tipo de cobertura; número de pisos; materiais de construção, disposição da planta (especialmente a localização da cozinha); chaminé; articulação da casa com as necessidades do habitante, etc”¹²⁸. No geral, pode-se começar por estabelecer uma diferença entre o Norte e o Sul a partir de um alinhamento que atravessa Leiria e Castelo Branco. É no Sul que há maior influência das construções do Mediterrâneo, predominando construções de um único piso, construções em taipa, com cobertura de duas águas e grande chaminé por vezes artisticamente decorada. No Norte são mais comuns casas com mais pisos (animais e lojas no piso térreo e família no piso de cima), construída em pedra (granito, xisto, calcário), com cobertura de duas ou quatro águas, frequentemente sem chaminé. O texto é profusamente ilustrado com fotografias¹²⁹ de exemplos de casas circulares, quadradas, rectangulares,

Henrique de Oliveira, de Orlando Ribeiro, de Jorge Dias, da Comissão de Vinicultura da Região dos Vinhos Verdes, do Dr. Armando de Mattos.

¹²⁸ DIAS, Jorge – Contribution to the study of primitive habitation, in, Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949, Travaux de la Section IV, Lisbonne, 1951, tome III, p.107-111.

¹²⁹ Cabeçudos, Marvão (casa primitiva circular com cobertura cónica vegetal); Santa Maria, Palheirinhos, Tavira (construção circular com cobertura cónica vegetal); Barrancos (construção circular com cobertura de telha); Alturas do Barroso, Boticas (combinação que representa a adaptação da casa circular e da construção rectangular); Vilarelho da Raia, Chaves (a maior casa quase circular); Cabeçudos, Marvão (casa quadrada com

com os respectivos tipos de coberturas e no final um mapa esquemático das diferentes tipologias das construções primitivas e sua distribuição em Portugal continental, resultando num exaustivo e expressivo inquérito e mapeamento da evolução da construção da casa em Portugal.

Orlando Ribeiro seria o coordenador da excursão *Le Portugal Central*, que tinha por objecto de estudo a geografia física e humana, que reunia num circuito de centenas de quilómetros, diferentes individualidades regionais e tipos de paisagem¹³⁰. No livro guia da excursão são publicadas fotografias suas das diferentes paisagens e tipos de povoamento e imagens da casa de granito com alpendre suportado por colunas, da Beira Alta; da casa de dois pisos com varanda, e cobertura quase plana, no Vale do Zêzere; casas de um piso em xisto, na Beira Baixa, cujos materiais de construção associados à especificidade da região e a funcionalidade são



Figura 3

Casas, Terras de Bouro,
Vilarinho da Furna

Fotografia: Álvaro Dias d'Almeida,
in, Museu Nacional de Etnologia
/ Arquivo Centro de Estudos de
Etnologia.

cobertura cónica piramidal, com cobertura em colmo); quintas, Boticas (casa quadrada com cobertura piramidal em colmo); Lixa do Alvão, Vila Pouca de Aguiar (a cobertura de quatro águas resulta da piramidal); Ventozélo, S. João da Pesqueira (casa rectangular, com cobertura formada por duas pirâmides); Travanca, Amarante (cobertura de quatro águas); Gralheira, Cinfães (cobertura de duas águas); Landedo, Vinhais (cobertura duas águas).

¹³⁰ Buçaco, Guarda, Serra da Estrela, Covilhã, Castelo Branco, Coimbra.

descritos em associação com as vertentes sociais e económicas¹³¹.

O geógrafo Mariano Feio publica *Le Bas Alentejo et L'Algarve* livro guia da excursão ao sul por ele organizada e percorrida durante sete dias também no âmbito do XVI *Congres Internacional de Geographie*, Lisboa, 1949¹³². A obra reúne um conjunto de mapas e fotografias do território, da morfologia da propriedade e do aglomerado, da arquitectura, da habitação, e também desenhos de Fernando Galhano: uma perspectiva de um monte da Cascalheira apresentando a composição, os materiais e o sistema



Figura 4

Casas, Moncôrvo,
Felgar, Junho 1949

Fotografia: Dr. Santos Júnior,
in, Museu Nacional de
Etnologia / Arquivo Centro de
Estudos de Etnologia.

¹³¹ RIBEIRO, Orlando – *Le Portugal Central*. Livret-guide de excursion C du *Congres International de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949.

¹³² FEIO, Mariano, *Le Bas Alentejo et L'Algarve*. Livret-guide de excursion E *du Congres International de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949. No âmbito deste congresso da Union Géographique Internationale foram publicados 4 volumes das Actas (1950-52), e foram editados livros-guia das excursões (DIAS, Jorge, Minho, Trás-os-Montes, Haute-Douro, Livret-guide de excursion A *du Congres International de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949; MARTINS, Alfredo Fernandes, Le Centre Littoral et le Massif Calcaire d'Estremadura, Livret-guide de excursion B *du Congres International de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949. RIBEIRO, Orlando, *Le Portugal Central*. Livret-guide de excursion C *du Congres International de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949. Rau, Virginia; ZBYSZEWSKI, Georges, *Estremadura et Ribatejo*. Livret-guide de excursion D *du Congres International de Géographie de Lisbonne*. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949)

construtivo e também o desenho da correspondente planta definindo a organização interna do espaço, uma perspectiva da casa com terraço próximo de Pechão, e a sua planta feita de elementos que sucessivamente se acrescentam, a planta da antiga habitação do Algarve central, e o alçado e a planta do tipo de casa moderna.

Num artigo das “grandes realizações” o arquitecto Álvaro da Fonseca enaltece o trabalho levado a cabo “relativamente à conservação, à reintegração da fisionomia artística da paisagem portuguesa” ilustrando com fotografias e desenhos os aspectos da paisagem, e da expressiva arquitectura tradicional, quer integrada no aglomerado, quer em pequenos detalhes e destacando os materiais tradicionais de construção (granito, mármore e calcários comuns, grés, xistos, tijolo e adobe) associados às diferentes regiões do país e conseqüentes formas e funcionalidades. Segundo o arquitecto temos na arquitectura domiciliária um dos nossos motivos de orgulho e são as habitações de “menor categoria” que marcam às cidades e regiões o “carácter essencial”, sendo autênticas “escolas de arquitectura de nível artificial”¹³³, preocupando-se com o facto de essa arquitectura tradicional estar a desaparecer. Nas suas fotografias e desenhos são exibidas imagens, da “escada alpendrada e janela de ângulo de granito” da “chaminé algarvia”, de “habitações rurais à entrada de povoação murada – Castelo Mendo”, de “cobertura colmada em clima frio” ou de um “recanto de aldeia serrana”¹³⁴.

O Pavilhão de Etnografia Metropolitana da Secção da Vida Popular da

¹³³ FONSECA, Álvaro – Protecção dos Edifícios e Sítios municipais, Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1947, vol. I, p.53-75.

¹³⁴ FONSECA, Álvaro – Protecção dos Edifícios e Sítios municipais, Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1947, vol. I, p.53-75.



Figura 5

Casas cobertas de colmo,
Amarante, Travanca, Março,
1950

Fotografia: A. Jorge Dias. Anotação na ficha: “Por esta região ao N. de Penafiel ainda se encontram muitos telhados de colmo. Em Casais Novos há algumas a 2 e 4 águas. Também em Mouriz (entre Baltar e Penafiel) se veem, a 4 águas”, in, Museu Nacional de Etnologia / Arquivo Centro de Estudos de Etnologia.

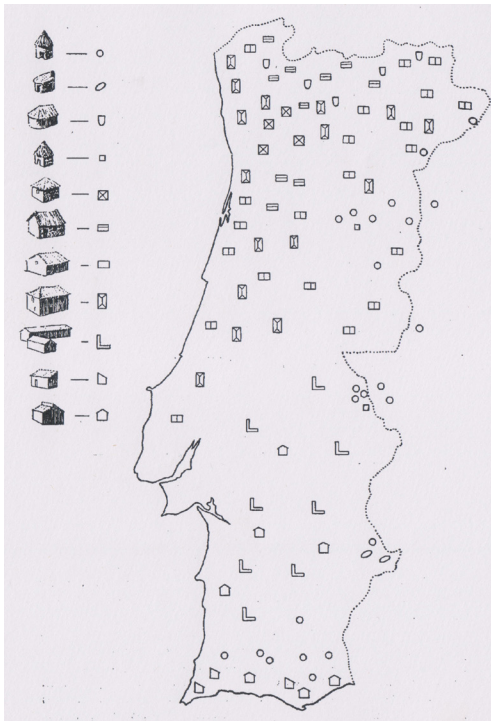


Figura 6

Mapa esquemático da
distribuição da construção
primitiva portuguesa

Jorge Dias, Contribution to the study of primitive habitation, in, Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949, Travaux de la Section IV, Lisbonne, 1951, tome III, p.110.

Exposição do Mundo Português (1940)¹³⁵, seria adaptado pelo arquitecto António Maria Veloso Reis Camelo a Museu de Arte Popular (inaugurado em 1948). Para António Ferro entre “as múltiplas vantagens do Museu de Arte Popular, e em geral da campanha de ressurgimento étnico que temos desenvolvido, está, precisamente, a defesa de uma Arte Moderna, contemporânea, que não deixe de ser profundamente nacional. O povo, com as suas tintas lisas, as suas linhas sóbrias, o seu poder de síntese, é sempre o Artista mais novo, mais espontâneo, mais actual de todas as épocas. Os Artistas que o seguem, depois da necessária transposição intelectual, podem ter a certeza de fazer obra moderna – pintura, arquitectura, bailado ou poesia – mas não estranha à nossa maneira de ser, ao nosso carácter”¹³⁶. O Museu de Arte Popular é uma síntese da cultura portuguesa popular elaborada pelos principais protagonistas do *Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação* na primeira metade do séc. XX e um documento fundamental da construção de uma identidade nacional. Na verdade o popular era parte integrante deste período e de algum modo foi a alternativa possível aos arquitectos modernos. Não devemos esquecer que foi precisamente a matriz popular (regional, vernácula) que funcionou como fundamento de uma arquitectura funcional aos arquitectos modernos. A partir de 1933 António Ferro director do *Secretariado de Propaganda Nacional* desenvolveu uma política nacional e internacional de exposições de arte popular, promovendo concursos, editando livros e estabelecendo um estilo decorativo. Em 1937 na *Exposition des Arts et des Techniques dans la vie Moderne*, de Paris o Pavilhão de Portugal “é a demonstração das nossas possibilidades nacionais como a revelação de uma técnica

¹³⁵ Palco da arquitectura regional particularmente através do núcleo das Aldeias Portuguesas, apresentadas como a “síntese desse Portugal pitoresco (...) da beira-mar (...) das serras (...) das planícies”, in, *O Século Ilustrado*, nº 133, Lisboa, 20 de Julho de 1940.

¹³⁶ FERRO, António – Uma Escola de Arte e Poesia. O Museu de Arte Popular, Ocidente, Revista portuguesa mensal, nº 124, Agosto, 1948, p. 62.

portuguesa na decoração”¹³⁷, tendo a sala de Arte Popular obtido um «*Grand Prix*». O trabalho da equipa do *SPN* quer de etnógrafos quer de artistas (arquitectos, pintores, escultores, desenhadores, decoradores) foi fulcral para a modernização da imagem de Portugal e para a moderna estetização da arte popular portuguesa. António Ferro já em 1936 se pronunciava sobre a necessidade da “criação de um grande museu do povo onde todas as espontâneas obras-primas possam encontrar o seu lugar definitivo”¹³⁸ e em 1937 referia que “para que a nossa arte popular possa transformar-se em arte (...) impõe-se a tarefa urgente da criação, tendo como base as colecções já existentes, dum museu do Povo, acessível a atraente, que não precisará de ser grande (antes uma pequenina casa portuguesa...) para cumprir a sua missão”¹³⁹. Em 1942 Francisco Lage convoca um conjunto de etnógrafos para várias reuniões com vista à organização desse novo espaço, das quais resultaria a apresentação do «Plano de Organização» do Museu do Povo Português. O museu seria organizado em salas que corresponderiam as zonas etnográficas que compunham o país, de acordo com as propostas da *Etnografia Portuguesa* de Leite de Vasconcelos. Pretendia-se que o museu tivesse uma forte vertente documental. No capítulo da habitação, por exemplo, “seriam exibidos os materiais de construção empregues, plantas e alçados, fotografias do exterior das casas, planos topográficos de aglomerados de habitação rústica, etc. Quanto ao interior das casas rústicas, o plano sugere que se apresente «realizações completas, naturais se o espaço permitir, ou em vulto reduzido, no caso contrário, e obedecendo a uma escala rigorosa de proporções, sendo o critério de escolha condicionado pelo valor representativo e pelo critério

¹³⁷ FERRO, António – Catorze anos de Política de Espírito. Lisboa: edições SNI, 1948.

¹³⁸ A VERDADE. (6 Junho, 1936).

¹³⁹ FERRO, António – Defendamos o Nosso Folclore!. Diário de Notícias. (8 Novembro, 1937).

documental»¹⁴⁰. No Museu de Arte Popular para “além de numerosos espécimes da arte e da indústria populares de todo o País”, figuravam “curiosos pormenores, em tamanho natural, de casas, pátios e interiores da nossa variada e pitoresca arquitectura regional”¹⁴¹ e um “mostruário de fotografias de casario típico”¹⁴².

O arquitecto António Guilherme Matos Veloso, em *Habitação Rural e Urbanismo* (1948)¹⁴³ inicia o seu texto com uma epigrafe da *Bodas de Sangre* (1931-33) de Frederico Garcia Lorca, e assumindo que Portugal era um país essencialmente agrícola, refere que nas cidades há falta de habitação e as rendas elevadas, nos campos despovoados as casa são construídas “segundo processos técnicos de pura intuição dos seus habitantes” não oferecendo “a menor garantia de habitabilidade”, chamando a atenção do Estado para este grave problema. Menciona o inquérito feito à habitação rural, o qual reforça as conclusões apresentadas, e salienta que a “standardização da construção e normalização dos diferentes elementos construtivos, como medida económica será o caminho a seguir”¹⁴⁴. A imagem e expressão da construção em série é particularmente visível no Bairro dos Ilhéus

¹⁴⁰ ALVES, Vera Marques – «Camponeses Estetas» no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional. Lisboa: ISCTE, 2007.p.158.

¹⁴¹ FEYO, Barata – O Futuro Museu da Arte e da Vida do Povo Português. Panorama. Lisboa, nº 20, (Abril, 1944).

¹⁴² GUIA da Exposição do Mundo Português. Lisboa, MCMXL.

¹⁴³ VELOSO, António Guilherme Matos – Habitação Rural e Urbanismo, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, p.189-196.

¹⁴⁴ VELOSO, António Guilherme Matos – Habitação Rural e Urbanismo, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, p.189-196. O arquitecto António Lobão Vital em “A casa, o homem e a arquitectura”, refere-se igualmente ao Inquérito à Habitação Rural, destacando que as habitações rurais “na maior parte dos casos não têm soalho, simples pavimentos térreos; falta de instalações sanitárias; cortes de gado debaixo dos quartos de dormir, etc”, in, VITAL, António Lobão, A casa, o homem e a arquitectura, in, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, p.197-214.

(Picanceira, Mafra), conjunto modular de 23 habitações unifamiliares em banda, mandado construir no final do séc. XIX pelo industrial açoriano da ilha de São Miguel Domingos Dias Machado proprietário da Quinta da Picanceira depois Quinta dos Machados de exploração agrícola essencialmente ligada à vitivinicultura para os operários vindos dos Açores que aí trabalhavam, fixado e divulgado nas fotografias do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* pela expressiva e icónica imagem da fachada posterior do conjunto, com forno de pão saliente¹⁴⁵. E também no Bairro de Casas Económicas (Santa Eulália, Elvas), edificação modelar de um bairro de casas económicas, inaugurado em 1948, moradias em banda destinadas a trabalhadores rurais, constituído por um grupo de 23 residências equipadas com “os pertences mais úteis e necessários à tranquila função doméstica – a cama com lençóis, o canapé confortável, os objectos de cozinha, etc”¹⁴⁶, integrado na obra social do Capitão Manuel Rodrigues Carpinteiro.

O arquitecto Lúcio Costa em *Documentação necessária* (1937), considerava que a arquitectura popular apresentava em Portugal, “interesse maior que a erudita”. Segundo o arquitecto, era nas aldeias portuguesas, nas construções rurais que se encontrava a “justeza das proporções”, não deixando de referir que na viagem da própria arquitectura para o Brasil e na sua implantação feita pelos “antigos mestres e pedreiros incultos” na sua adaptação ao meio, essa arquitectura foi perdendo “um pouco daquela

¹⁴⁵ VASCONCELOS, António Maria Corrêa de Sá de – Seriação da Casa Saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, 2015, Dissertação Mestrado. PAGARÁ, Ana – As Casas dos Ilhéus na Picanceira (Santo Isidoro, Mafra): do estudo á conservação. Primeira abordagem, CM Mafra, Boletim Cultural, 2002, Mafra 2003, pp. 271-288; PEREIRA, Nuno Teotónio Pereira – As Casas da Picanceira, Pedra e Cal, nº5, 2000, p. 54; ANASTACIO, Maria Amélia Gabrita – Território e Identidade: aspectos morfológicos da construção do território e a identidade cultural saloia no Concelho de Cascais. Lisboa: ISCTE, Dissertação Mestrado.

¹⁴⁶ LAVADINHO, Domingos – Santa Eulália. «Flor» do Alto Alentejo. Elvas, 1948, p. 21.

carrure tipicamente portuguesa”, o que por outro lado foi compensado em contexto brasileiro, com a diminuição ou mesmo eliminação de “certos maneirismos preciosos e um tanto arrebitados” que se encontravam na metrópole¹⁴⁷. Segundo Lúcio Costa o estudo da arquitetura popular portuguesa permitiria aos arquitectos modernos brasileiros usarem-no “como material de novas pesquisas” e como lição de uma “experiência de mais de trezentos anos”¹⁴⁸. Lúcio Costa considerava que nessa pesquisa à arquitetura popular portuguesa, além dos sistemas e modos de construção, deveriam ser também estudadas ‘as diferentes soluções de planta e como variavam de uma região a outra’¹⁴⁹, procurando assim a lógica construtiva subjacente a cada região. Essa pesquisa devia segundo Lúcio Costa recuar aos vestígios da habitação (erudita e popular) do séc. XVII, “sem esquecer por fim, a casa «mínima»¹⁵⁰, como dizemos agora, a do colono, de todas elas a única que ainda continua «viva» em todo o país”¹⁵¹. Lúcio Costa já em *Tradição Local* (1929) referia que a arquitetura regional autêntica tem “as suas raízes na terra”¹⁵², considerando que importava antes de

¹⁴⁷ COSTA, Lúcio – Documentação necessária [1937]. In XAVIER, Alberto; CANEZ, Anna Paula ed. Lit. – Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UniRitter, 2007, p.86,87.

¹⁴⁸ COSTA, Lúcio – Documentação necessária [1937]. In XAVIER, Alberto; CANEZ, Anna Paula ed. Lit. – Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UniRitter, 2007, p.86,87.

¹⁴⁹ COSTA, Lúcio – Documentação necessária [1937]. In XAVIER, Alberto; CANEZ, Anna Paula ed. Lit. – Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UniRitter, 2007, p.90.

¹⁵⁰ Elaborando nesta referência um confronto e diálogo entre a arquitetura popular e os conceitos operativos modernos, nomeadamente do *II CIAM*, realizado em 1929 na cidade de Frankfurt, onde se estudou a habitação mínima.

¹⁵¹ COSTA, Lúcio – Documentação necessária [1937]. In XAVIER, Alberto; CANEZ, Anna Paula ed. Lit. – Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UniRitter, 2007, p.89.

¹⁵² COSTA, Lúcio *Tradição Local* [1929]. In COSTA, Lúcio – *Arquitetura*. Rio de Janeiro: José Olympo, 2002, p.33.

mais nada conhecer a “arquitectura regional portuguesa no próprio berço” porque segundo Lúcio Costa era “na construção popular de aspecto viril e meio rude, mas acolhedor, das suas aldeias que as qualidades da raça se mostram melhor, percebendo-se, desde logo, no acerto das proporções e na ausência de artificios, uma saúde plástica perfeita”¹⁵³. O apelo à realização de um inquérito à arquitectura portuguesa, levamos a relacionar a chamada de atenção de Lúcio Costa com o artigo *Uma iniciativa necessária* do arquitecto Keil do Amaral, publicado em 1947 na revista *Arquitectura*, apelando à realização de um inquérito científico à arquitectura regional portuguesa, destacando a necessidade de efectuar uma “recolha e classificação de elementos peculiares à arquitectura portuguesa nas diferentes regiões do País com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado, onde estudantes e técnicos da construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável. Exactamente assim: honesto, vivo e saudável”¹⁵⁴. E alertava também que a arquitectura regional “não é, não pode ser um apinocar de fachadas e de interiores com elementos decorativos típicos” e colocava a questão “Mas será que nós não possuímos, realmente, fontes mais puras e coerentes para a formação de uma arquitectura moderna portuguesa, do que pretendem fazer crer os nossos regionalistas...de fachada?” e a resposta de Keil é clara “só quem não tenha percorrido, de olhos abertos, as nossas cidades, vilas e aldeias assim poderá pensar”, e por isso considerava que o que faltava era “estudá-las, aprendê-las, porque até hoje pouco mais se fez do que cabular”, ou seja, o que faltava era “procurar em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações”. O livro

¹⁵³ COSTA, Lúcio Tradição Local [1929]. In COSTA, Lúcio – Arquitectura. Rio de Janeiro: José Olympo, 2002, p.33,34.

¹⁵⁴ AMARAL, Keil – Uma iniciativa necessária. *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*. Lisboa. Ano XX, 2ª série, nº14, (1947), 12,13.

que propõe resultado dessa recolha da arquitectura regional onde destaca as variantes das construções do Minho (o granito, e as casas simples com grandes varandas para a secagem do milho), do Alentejo (a utilização do tijolo nas abobadilhas, da Beira (varandas envidraçadas voltadas ao Sul das casas das aldeias), de Évora (construções de grande espessura das paredes e pequenez das janelas) seria consultado pelos arquitectos que acreditam numa “arquitectura funcional, feita para servir mais do que para agradar”. Keil avança com a organização e a metodologia “três equipas de dois arquitectos, que percorriam uma o Norte, outra o Centro e a outra o Sul do País, investigando, fotografando, desenhando e tomando notas”, mas faltava o dinheiro¹⁵⁵.

Em 1953 Jorge Dias publica *Rio de Onor. Comunitarismo Agro Pastoril*, e no final desse ano foi realizado pelos alunos do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto e sob a orientação do arquitecto Fernando Távora, um “modesto Ensaio de inquérito às expressões e técnicas tradicionais portuguesas” que era intenção levar por diante através do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, à época ainda em formação¹⁵⁶. No âmbito deste inquérito e integrando a IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto, foram exibidas imagens de um velho barracão adaptado a igreja – a nova Igreja de São Pedro da Afurada, que serviu de “tema a uma prova escolar de emulação entre os alunos do 4º ano do Curso especial de Arquitectura no ano de 1953/54, tendo sido quando da apreciação dos estudos, por seus nível e afinidades, proposta a criação de uma equipa constituída pelo alunos Fernando Seara, Fernando Ferreira Santos, Luís Pádua Ramos e Luís Cunha a quem

¹⁵⁵ AMARAL, Keil – Uma iniciativa necessária. *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*. Lisboa. Ano XX, 2ª série, nº14, (1947), 12,13.

¹⁵⁶ IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Porto: Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do ensino Superior das Belas Artes, Outubro de 1955, p. 5.

competiria desenvolvê-los e, a seu tempo, acompanhar a execução dos respectivos trabalhos”¹⁵⁷. A documentação fotográfica deste inquérito foi feito à ilharga do percurso que, com partida e regresso ao Porto, passa por Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Viana do castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Soajo, Braga e Guimarães, foi exibida na IV Exposição Magna de 1955. No catálogo é salientado que “da oportunidade e vantagens deste trabalho sistemático de investigação não tardará a dar as suas provas o Sindicato Nacional dos Arquitectos”¹⁵⁸. No contexto da primeira metade do séc. XX a arquitectura popular inquirida e divulgada como uma alternativa à via académica, trouxe consigo a necessidade de viagens de (re)conhecimento, e do contacto *in situ*. As viagens e os registos ao encontro da arquitectura popular proporcionavam um novo processo de aprendizagem e construíam também uma nova consciência da identidade arquitectónica local e nacional. A importância dos estudos da geografia, a valorização das artes populares e a descoberta da lógica construtiva da arquitectura popular revelam-se antecedentes fundadores do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. Entre 1955 e 1957 Keil do Amaral viria a coordenar o *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, publicado em 1961 com o título *Arquitectura Popular em Portugal*¹⁵⁹, do qual resultaram dez mil fotografias

¹⁵⁷ IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Porto: Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do ensino Superior das Belas Artes, Outubro de 1955, p. 5.

¹⁵⁸ “organismo a quem de deve a prioridade de tal programa e que, para o efeito, mobilizou seis equipas de arquitectos diplomados e estagiários das Escolas de Lisboa e Porto que, neste momento, percorrem afanosamente o País em todos os sentidos, sob o patrocínio de Sua excelência o Ministro das Obras Públicas, engenheiro Eduardo Arantes de Oliveira a quem, por tal motivo, esta Escola presta as suas homenagens”, in, IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Porto: Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do ensino Superior das Belas Artes, Outubro de 1955, p.7.

¹⁵⁹ *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa, 1980, p.XX.

do conjunto dos 18 arquitectos¹⁶⁰. No preâmbulo do Decreto-lei 40349 que autoriza este inquérito, financiado pelo Ministério das Obras Públicas pode ler-se: “As novas soluções não deverão deixar de apoiar-se nas tradições da arquitectura nacional, resultantes do condicionalismo peculiar do clima, dos materiais de construção, dos costumes, das condições de vida e dos anseios espirituais da grei, de todos os factores específicos, em suma, que, reflectindo-se naturalmente nas nossas realizações arquitectónicas em épocas sucessivas lhes conferiram cunho próprio e criaram um sentido para a expressão “arquitectura nacional”¹⁶¹.

Na sequência de um processo de busca de uma etnogenese da nação, associada a um processo de busca da autenticidade do mundo rural, torna-se reveladora a dimensão do papel das imagens na representação do país, quer a partir da captação das formas mais primitivas, mais arcaicas e mais puras, quer a partir da fotogenização e da folclorização do regional e do popular, revelando as práticas e os discursos da identidade, do processo da sua construção e da sua circulação, mantendo-se sempre a instigante e dupla interrogação em torno da estetização e tematização do que é ser português.

¹⁶⁰ ARQUITECTURA Popular em Portugal. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980.p.XX. O arquitecto António Meneres salienta que “no que se refere ao material fotográfico, conta-se que cada equipe arranje pelo menos uma boa máquina, um tripé, uma célula foto-eléctrica e um filtro ou filtros, para corrigir deficiências de iluminação. Nem mais, nem menos, pois o SNA apenas se podia comprometer no fornecimento a cada equipa de 100 rolos para 12 fotografias 6*6 ou, em alternativa, 34 rolos formato Leica, bem como 1 bloco para desenhos e 5 folhas para apontamentos escritos”, in, MENERES, António – Keil e o Inquérito à distância de 40 anos, in, Keil do Amaral, o Arquitecto e o Humanista. Lisboa: CML, 1999, p. 123.

¹⁶¹ Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961, vol. I, p. vi.

Bibliografia

- A Aldeia mais Portuguesa. **Ocidente, Revista portuguesa**, nº 5, set, 1938.
- ALVES, Vera Marques – «**Camponeses Estetas**» no Estado Novo: **Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional**. Lisboa: ISCTE, 2007.
- AMARAL, Keil – Uma iniciativa necessária. **Arquitetura: Revista de Arte e Construção**. Lisboa. Ano XX, 2ª série, nº14, (1947), 12,13.
- ANDERSON, Benedict – **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo**. Lisboa, ed 70, 2012.
- Arquitetura Popular em Portugal**. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses. Lisboa, 1980.
- ARROYO; Antonio – Advertência preliminar, in, **Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol 2, s.p.
- BARREIRA, João – A Habitação em Portugal, in, **Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol 2.
- BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – **Inquérito à Habitação Rural**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943.
- BASTO, E. A. L.; BARROS, Henrique – **Inquérito à Habitação Rural**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1947.
- BASTO, E. A. Lima; SILVA, António de Faria; SILVA, Carlos, **Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias da estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.
- BRAGA, Teófilo – **O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições**. Lisboa: Livraria Ferreira editora, 1885, 2 vols.
- BRAGA, Teófilo Braga – **As modernas ideias na literatura portuguesa**. Porto: livraria Internacional de Ernesto Chardros, 1892, vol. II.
- BUCHENBACHER, Bruno – Como eu visitei as serras do Suajo e da Peneda, **Ilustração Portuguesa**, nº 284, 31 Julho, 1911, p. 137-143.
- A Capital**, 13 Janeiro, 1912
- CHAGAS, João – **Correspondência literária e política**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957, II, p. 249.
- CHAVES, Luís – Nos domínios da etnografia e do folclore, contribuição das estações emissoras, **Ocidente, revista portuguesa**, nº 8, Dezembro, 1938.
- CORREIA, Vergílio – **As “Cabanas” de Assafarja (Concelho de Coimbra)**, Separata da Águia, Jan. 1915, Porto, 1915.
- CORREIA, Vergílio – Chaminés do Sul, **Terra Portuguesa**, nº 7, Agosto, 1916.
- COSTA, F. Ramos da – **Inquérito à Habitação Rural. Crítica à Obra. Estudo e**

Soluções do Problema. Lisboa: Seara Nova, 1944.

COSTA, Lúcio – Documentação necessária [1937]. In XAVIER, Alberto; CANEZ, Anna Paula ed. Lit. – **Lúcio Costa: sôbre arquitectura.** Porto Alegre: UniRitter, 2007.

COSTA, Lúcio – Tradição Local [1929]. In COSTA, Lúcio – **Arquitetura.** Rio de Janeiro: José Olympo, 2002.

DESCAMPS, Paul – **Le Portugal. La vie sociale actuelle.** Paris: Firmin-Didot et C^a, Éditeurs, 1935.

DIAS, António Jorge – **Cultura Popular e Cultura Superior.** Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Portugueses, 1949.

DIAS, Jorge – **Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária.** Porto: Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1948.

DIAS, Jorge – **Minho, Trás-os-Montes, Haute-Douro,** Livret-guide de excursion A *du Congres International de Géographie de Lisbonne.* Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949.

DIAS, Jorge – Contribution to the study of primitive habitation, in, **Comptes Rendus du Congrès International de Géographie,** Lisbonne, 1949, Travaux de la Section IV, Lisbonne, 1951, tome III, p.107-111.

DIAS, José Nascimento Ferreira – **Linha de Rumo.** Lisboa: Clássica, 1946, 1^o vol.

DIONISIO, Eduarda ed. lit. – **Um cesto de cerejas. Conversas, memórias, uma vida.** Lisboa: Casa da Achada, 2009.

Exposição da 9^a Missão Estética de Férias organizada pela Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, Novembro, 1945.

FEIO, Mariano – **Le Bas Alentejo et L’Algarve.** Livret-guide de excursion E **du Congrès International de Géographie de Lisbonne.** Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949.

FEYO, Barata – O Futuro Museu da Arte e da Vida do Povo Português. **Panorama.** Lisboa, n^o 20, (Abril, 1944).

FERRO, António – **Prémios Literários, 1934-1947,** Lisboa, SNI, 1950.

FERRO, António – Uma Escola de Arte e Poesia. O Museu de Arte Popular, **Ocidente, Revista portuguesa mensal,** n^o 124, Agosto, 1948.

FERRO, António – **Catorze anos de Política de Espírito.** Lisboa: edições SNI, 1948.

FERRO, António – Defendamos o Nosso Folclore!. **Diário de Notícias.** (8 Novembro, 1937).

FICQ, Andrée – **La Maison Portugaise à travres les ages.** Portugal 1937 Exposition de Paris, SPN, 1937.

FIGUEIREDO, António Mesquita de – A Casa Portuguesa, **Ilustração Portuguesa,** 27 Janeiro, 1913, p.105-111.

FIGUEIREDO, António Mesquita de – Etnografia Portuguesa. 1. Habitações de Beira-Mar. **Terra Portuguesa**, ano 2º. N.ºs 13 e 14, Fev e Mar 1917, p. 1-6.

FIGUEIREDO, José – **Portugal na Exposição de Paris**. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1901.

FONSECA, Álvaro – Protecção dos Edifícios e Sítios municipais, **Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização**, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1947, vol. I, p.53-75.

FRAGOSO, Fernando – A fotogenia da Terra Portuguesa. **Cinéfilo**, nº 93, 1 Junho, 1930.

FRANKOWSKI, Eugeniusz – **Hórreos y Palafitos de la Península Ibérica**, Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1918.

GARRETT, Almeida – prefácio da 2ª ed. do vol. I do **Romanceiro e Cancioneiro Geral**, 1843.

GEARY, Patrick J. – **O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 2008.

GIRÃO, Amorim – **Esboço duma carta regional de Portugal**, Coimbra: Coimbra Editora, 1930.

GIRÃO, Amorim – **Geografia de Portugal**. Porto: Portucalense editora, 1941.

GIRÃO, Amorim – **Lições de Geografia Humana**. Coimbra: Coimbra editora, 1936.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence – **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Porto: Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do ensino Superior das Belas Artes, Outubro de 1955.

LAVADINHO, Domingos – **Santa Eulália. «Flor» do Alto Alentejo**. Elvas, 1948.

LUCENA, Armando de – **Arte Popular - usos e costumes portugueses**. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1942.

MACEDO, Mário Botelho de – **A Casa Rural**. Lisboa: Soc. Astoria, 1942.

MARTINS, Oliveira – **Historia de Portugal**, Lisboa, Guimarães editores, 1991.

MARTINS, Oliveira – **Portugal Contemporâneo**, Lisboa, Guimarães editores, 1953 [1881], Livro III, Cap. V, Mousinho da Silveira, 3, Critica ao Liberalismo, vol. II, p.181,182.

MENERES, António – Keil e o Inquérito à distância de 40 anos, in, **Keil do Amaral, o Arquitecto e o Humanista**. Lisboa: CML, 1999.

Monsanto. Lisboa: edições, SNI, 1947.

A nossa terra, **Ilustração Portuguesa**, nº 67, 3 de Junho de 1907.

OLIVEIRA, Carlos Lobo de – Defesa da Paisagem Rural. **Panorama. Revista**

Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SNI, CPT, vol. 5º, nº 30, (1946).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – **Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto-Lisboa, 1947-1967**, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1968.

PASCOAES, Teixeira de – **A arte de ser português.** Porto: Renascença Portuguesa, imp, 1915.

PEIXOTO, Rocha, Casa Portuguesa, **Serões**, II serie, vol. I, nº 2, Agosto 1905, p. 106-110; II serie, nº 3, Setembro 1905, p. 209-214.

PEREIRA F. Neves – Como vive e de que vive o lavrador do Minho, **Ilustração Portuguesa**, nº 9, II série, 23 Abril, 1906, p. 283-286.

PERES, Damião Peres – **Como nasceu Portugal.** Barcelos: Comp. Editora da Minho, 1938.

PESSANHA, D. José Pessanha – A arquitectura pre-românica em Portugal. **Terra Portuguesa**, nºs 15 e 16, Abril e Maio de 1917, p. 49-54.

Regulamento A Aldeia mais portuguesa de Portugal. Lisboa: SPN, 1938.

RIBEIRO, Orlando – Notícia introdutória, in, VASCONCELOS, José Leite de – **Etnografia Portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. IV, 1982.

RIBEIRO, Orlando – L'Habitat Rural au Portugal, **Comptes Rendus de Congrès International de Géographie**, Amsterdam (Travaux des Sections A-F), Leiden, UGI, 1938, II.

RIBEIRO, Orlando – **Inquérito do Habitat Rural.** Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Instituto para a Alta Cultura; Coimbra: Tipografia da “Coimbra Editora”, 1938.

RIBEIRO, Orlando – **Inquérito de Geografia Regional.** Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Instituto para a Alta Cultura; Coimbra: Tipografia da “Coimbra Editora”, 1938.

RIBEIRO, Orlando – **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico.** Coimbra: Coimbra editora, 1945.

RIBEIRO, Orlando – **Le Portugal Central. Livret-guide de excursion C du Congrès International de Géographie de Lisbonne.** Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949.

RIBEIRO, Orlando – Território e População, in, **Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes.** Lisboa, SNI, 1946, p. 1-28.

ROBIC, Marie-Claire – **Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de La Blanche. Dans les labyrinthe des formes.** Paris: CTHS, 2000.

SARDINHA, António - **Valor da raça. Introdução a uma campanha nacional.** Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, 1915.

O Século Ilustrado, nº 133, Lisboa, 20 de Julho de 1940.

SILVA, Augusto Santos – **Palavras para um país: estudos incompletos sobre o século**

XIX português. Oeiras: Celta Editores, 1997.

SILVA, Carlos – Recordando o «Inquérito à Habitação Rural», **Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira**, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Etnologia, 1989.

SPENGLER, Oswald – **La Decadência de Occidente. Bosquejo de una morfologia de la historia universal.** Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1940, Tomo1.

STEINER, George – **No Castelo do Barba Azul, Algumas notas para a redefinição de cultura.** Lisboa: Relógio d'Água, 1971.

TABORDA, Vergílio – **Alto Trás-os-Montes.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

TÁVORA, Fernando – O problema da casa portuguesa, **Semanário Alêo: Boletim das Edições Gama.** Lisboa, série IV, ano IV, nº 5, 10 Novembro 1945, p.10.

TÁVORA, Fernando – O problema da casa portuguesa, **Cadernos de Arquitectura**, nº1, Lisboa: Tip. Imp. Libânio da Silva, 1947.

TEIXEIRA, Luís – As belezas naturais e o turismo, in, **Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes.** Lisboa, SNI, 1946, p. 419-439.

TORGA, Miguel – **Traço de União.** Coimbra, s/d (1969), p. 69.

Um inquérito sobre arte, arq Francisco Castro Rodrigues, **Jornal Democracia do Sul**, 21-09-45.

VASCONCELOS, Joaquim de – **Arte Românica em Portugal**, Porto, Tipografia Sequeira & Comandita, 1918.

VASCONCELOS, Joaquim de – Ensaio sobre a Arquitectura Românica em Portugal. **Arte**, 4º ano, 38, 1908-12, p.15.

VASCONCELOS, José Leite de – **Etnografia Portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. II (1936), 1980.

VASCONCELOS, António Maria Corrêa de Sá de – **Seriação da Casa Saloia na Região de Lisboa. O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra**, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, 2015, Dissertação Mestrado.

VELOSO, António Guilherme Matos – Habitação Rural e Urbanismo, **1º Congresso Nacional de Arquitectura**, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, p.189-196.

A VERDADE. (6 Junho, 1936).

VIEIRA, Afonso Lopes – **Nova demanda do Graal.** Lisboa: Bertrand, 1942.

ARQUITECTURA POPULAR

TRADIÇÃO E VANGUARDA
TRADICIÓN Y VANGUARDIA

COORDENAÇÃO

PAULA ANDRÉ

CARLOS SAMBRICIO

CAPÍTULOS

PAULO SIMÕES RODRIGUES

ERIC STORM

PAULA ANDRÉ

VERA MARQUES ALVES

CARLOS SAMBRICIO

ISABEL RAPOSO

RICARDO SÁNCHEZ LAMPREAVE



DINAMIA'CET
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE IUL

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE DE LISBOA